

A VITÓRIA É DIFÍCIL MAS É NOSSA!

Os trabalhadores votaram pelo avanço da Revolução a caminho do socialismo, contra os monopólios e o latifúndio, contra a reacção, contra os compromissos com a direita, pelo reforço da aliança entre o MFA e o movimento popular de massas.

A vitória é difícil mas é nossa

Os resultados até agora conhecidos das eleições para a Constituinte, ainda que parciais, permitem confirmar a correcção das análises do nosso Partido. Confirmam a nossa confiança inabalável na irreversibilidade da Revolução Portuguesa rumo ao Socialismo.

Mais do que nunca, a palavra de ordem que os militantes comunistas vêm repetindo há quase um ano nos grandes comícios é actual. A vitória é difícil, mas é nossa! Partido algum, força alguma, interna ou externa, poderão impedir que as grandes conquistas dos trabalhadores sejam anuladas por manobras da reacção. O povo e o MFA já o afirmaram inequivocamente.

As eleições, como sempre advertimos, não foram, nem poderiam ser, completamente livres. Mas as condições criadas pelo avanço do processo permitiram que o povo comparecesse massivamente às urnas. Essa afluência extraordinária exprimiu uma situação contraditória. De um lado, traduziu a vontade de participação popular, sem a qual nenhuma revolução pode cumprir-se. Por outro lado, não pode ser interpretada, em análises generalizantes, como manifestação de um civismo e de um nível de esclarecimento que, na prática, não são ainda extensivos às populações de todo o País.

O significado do voto só pode ser assim entendido em função das suas complexas motivações, que transcendem a escolha, nem sempre consciente, dos partidos que o obtiveram. Em amplas zonas do Norte as eleições não foram livres. A reacção intimidou, coagiu, corrompeu, enganou o povo. E chegou à agressão física dos candidatos comunistas, no decurso de uma campanha que se caracterizou por um anticomunismo fanático.

Onde o medo funcionou, onde a palavra das forças que são representativas da revolução democrática não pode ser ouvida, a

(Continua na pág. 3)

Milhões de portugueses participaram e seguiram com o mais vivo interesse as primeiras eleições livres realizadas em Portugal. Eleições livres, é certo - mas não em todo o país nem para toda a gente, dado que em algumas regiões não existiram as condições que proporcionassem às populações um voto livre e que corresponda verdadeiramente à sua vontade e reais aspirações.

A fisionomia económica e social portuguesa determina a existência de acentuadas diferenciações regionais, e os resultados eleitorais já conhecidos confirmam a forte implantação popular do Partido Comunista Português em amplas zonas do país.

Por outro lado, a tendência geral do eleitorado ratifica a escolha já adoptada pelas forças democráticas e pelo MFA, quanto ao futuro, razão pela qual o nosso Partido encara com optimismo a possibilidade de construção de um Portugal democrático a caminho do Socialismo.

Os órgãos de informação nacionais cobriram amplamente o acontecimento. Por motivos bem conhecidos, foram às centenas os representantes da imprensa internacional presentes entre nós, acompanhando atentamente, ontem e hoje, a evolução da votação.

O Centro de Imprensa da Fundação Gulbenkian atraiu a atenção de centenas de jornalistas nacionais e estrangeiros, que ali se concentraram, depois de efectuadas as eleições. Aproveitando o tempo de espera trocavam-se opiniões sobre a maneira como tinha decorrido o acto eleitoral. Este ambiente só era interrompido pela chegada de algum membro do Governo ou do MFA, o que originava corridas, os «flashes» a dispararem e os ajuntamentos na tentativa de se obter uma entrevista ou só uma breve declaração. O primeiro a visitar o Centro de Imprensa foi o brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho, que ali se deslocou de helicóptero, depois de uma deslocação pela cidade de Lisboa. Estiveram igualmente na Fundação Calouste Gulbenkian os almirantes Rosa Coutinho e Pinheiro de Azevedo, o major Costa Martins, o comandante Correia Jesuino, o capitão Vasco Lourenço e por último o primeiro-ministro, brigadeiro Vasco Gonçalves, e o Presidente da República, general Costa Gomes.

Mas a grande expectativa eram os primeiros resultados e quando cerca das 23 horas foram transmitidos pelo circuito interno de televisão todos se aglomeraram junto aos monitores para tomarem as notas necessárias. As informações apresentadas, muito embora dissessem respeito apenas a 173 freguesias das 4029 que constituem o País, iriam dar já uma panorâmica, na qual os resultados pouco se alterariam. Com efeito, na apresentação dos totais provisórios às 23, 29 h., respeitantes a 467 freguesias, o nosso Partido ocupava já a terceira posição nas listas de contagem, posição essa que se manteria até ao apuramento do resultado final.

Entretanto, à medida que os resultados iam sendo anunciados os comentários multiplicavam-se e certos jornalistas estrangeiros punham em destaque o facto de alguns partidos estarem neste momento a beneficiar fortemente da campanha anticomunista que promoveram e que contou com o apoio de grupos esquerdistas.

Durante toda a noite os resultados continuavam a chegar e já passava das sete da manhã quando foram projectados os números que o computador tinha assimilado às 6, 21 h. Nesta altura faltava conhecer apenas os dados de 1528 freguesias, sendo o número de votantes até àquela data de 2 844 030, com 209 934 votos brancos ou nulos e que correspondiam a 7,38 por cento.

Um dos aspectos que se pode assinalar nestas primeiras eleições foi a grande participação, ultrapassando os noventa por cento no total, e que nalgumas secções de voto chegou mesmo a atingir os cem por cento.

(Continua na pág. 4)



DEPUTADOS COMUNISTAS DEPUTADOS DO POVO

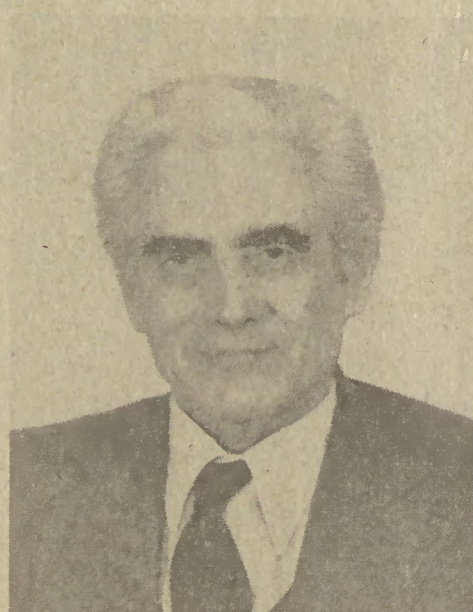
As massas populares levaram à Assembleia Constituinte dirigentes comunistas forjados em anos de dura luta pela libertação do Povo Português



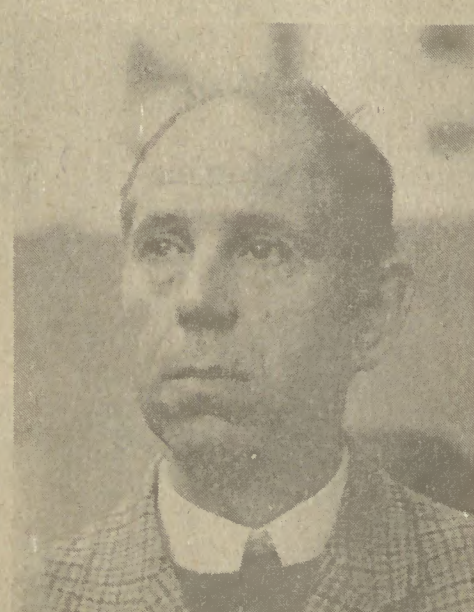
— Adriano Lopes da Fonseca, operário metalúrgico, deputado por Lisboa



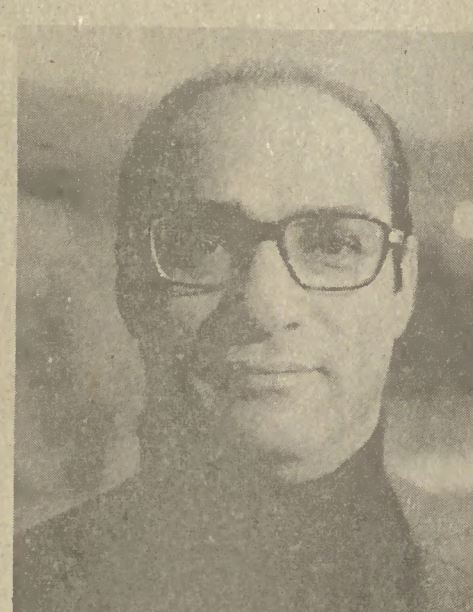
— Alda Nogueira, membro do Comité Central do PCP, de 51 anos, deputada por Lisboa



— Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, de 61 anos, deputado por Lisboa



— Américo Leal, membro do Comité Central do PCP, de 53 anos, deputado por Setúbal



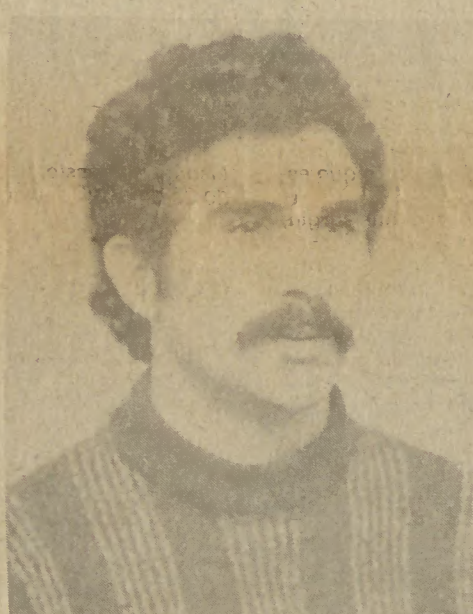
— Ângelo Veloso, membro do Comité Central do PCP, de 44 anos, deputado pelo Porto



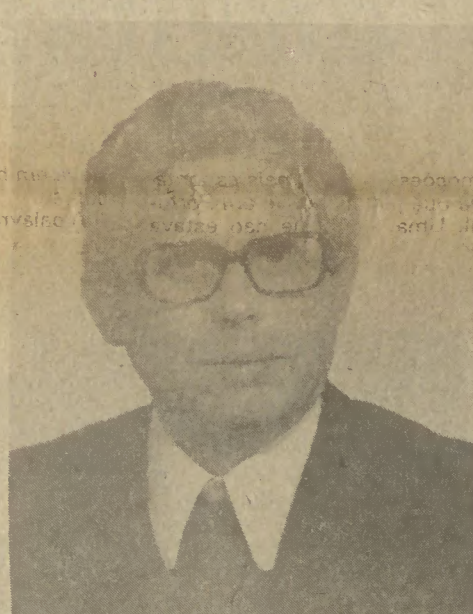
— António Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, de 59 anos, deputado por Setúbal



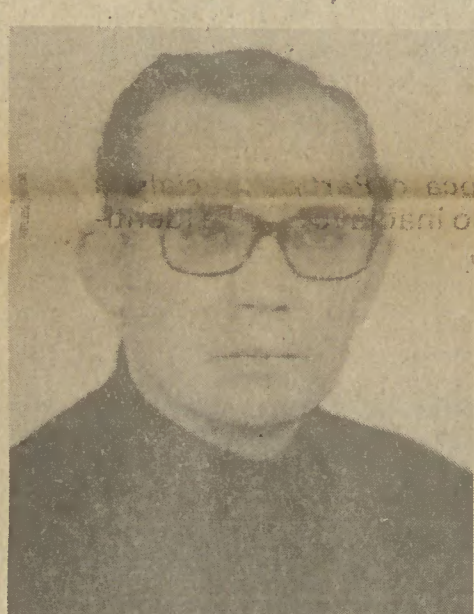
— António Manuel dos Santos Murteira, regente agrícola, deputado por Évora



— António B. Marcos dos Santos, deputado por Setúbal



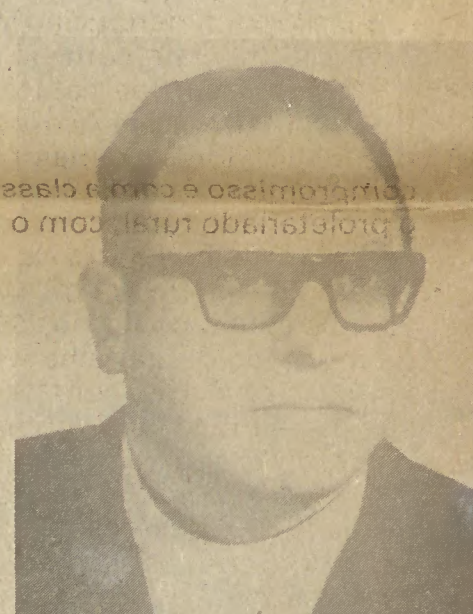
— Carlos Brito, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, de 42 anos, deputado por Faro



— Dinis Miranda, membro do Comité Central do PCP, de 45 anos, deputado por Évora



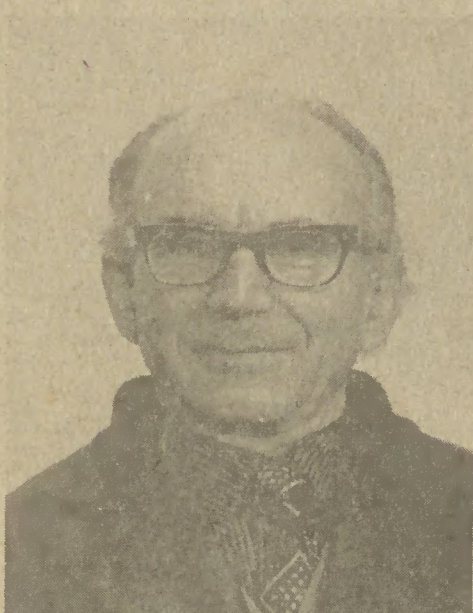
— Hermenegilda Rosa C. P. Pereira, deputada por Setúbal



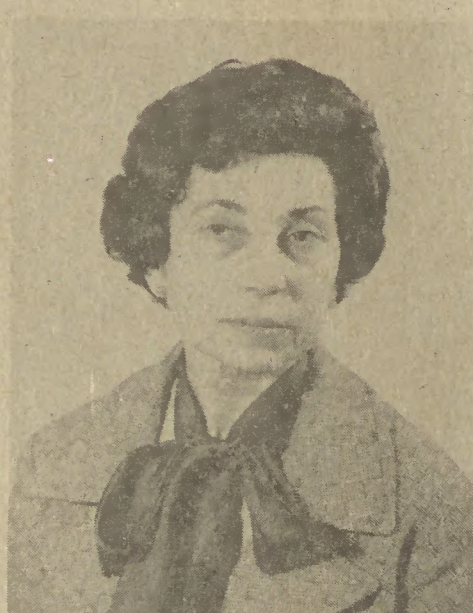
— EUGÉNIO DE JESUS DOMINGUES



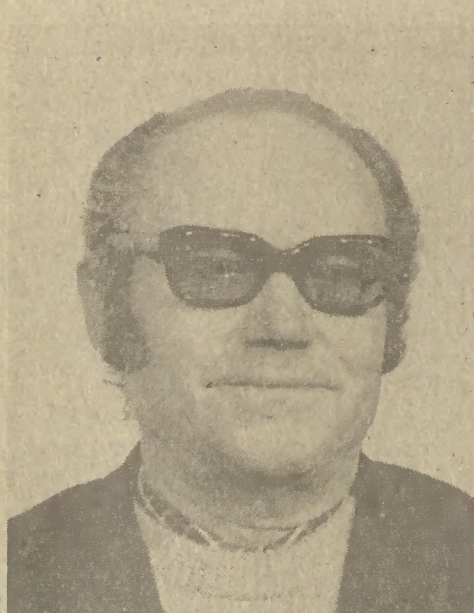
— Fernanda Peleja Patrício, deputada por Beja



— Francisco Miguel, operário, natural de Baleizão, 68 anos, membro do Comité Central do PCP, deputado por Beja



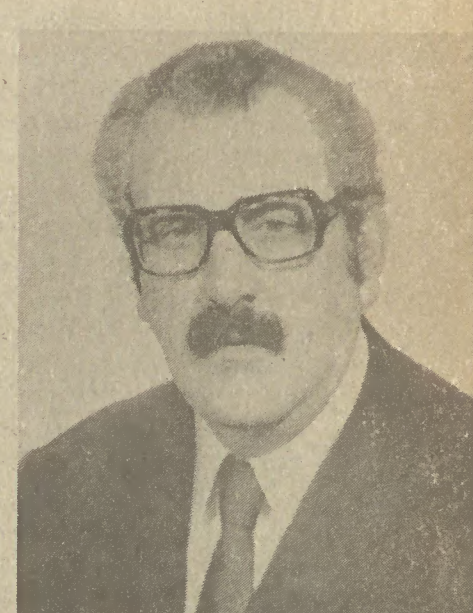
— Georgette Ferreira, membro do Comité Central do PCP, de 49 anos, deputada por Lisboa



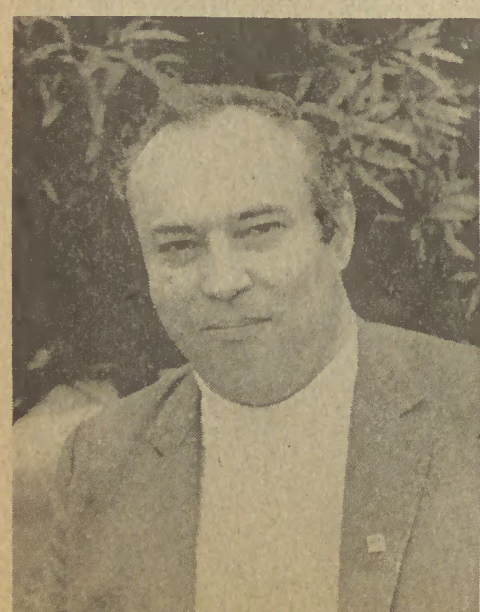
— Jaime Serra, membro da Comissão Política, do Comité Central do PCP, de 54 anos, deputado por Lisboa



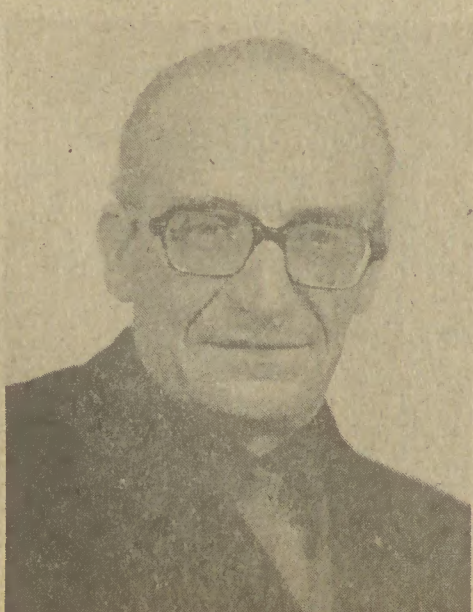
— Jerónimo Carvalho de Sousa, operário metalúrgico da Mague, deputado por Lisboa



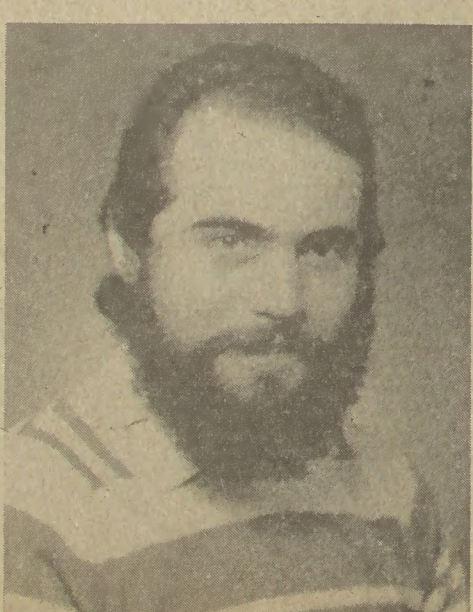
— João António Honrado, natural de Beja, 45 anos, empregado de escritório, deputado por Beja



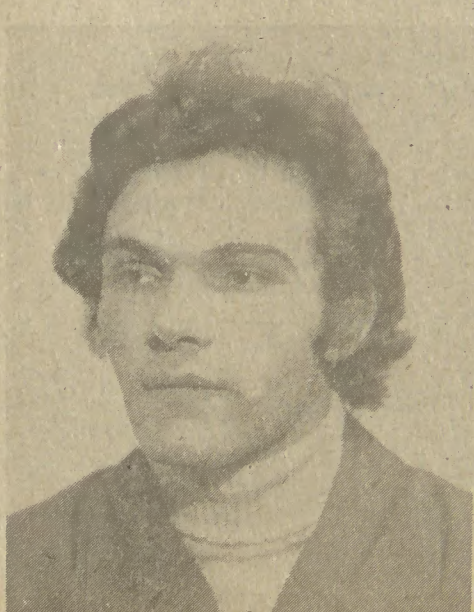
— José Carlos Almeida, membro suplente do Comité Central do PCP, de 43 anos, deputado pelo Porto



— José Magro, membro do Comité Central do PCP, de 54 anos, deputado por Lisboa



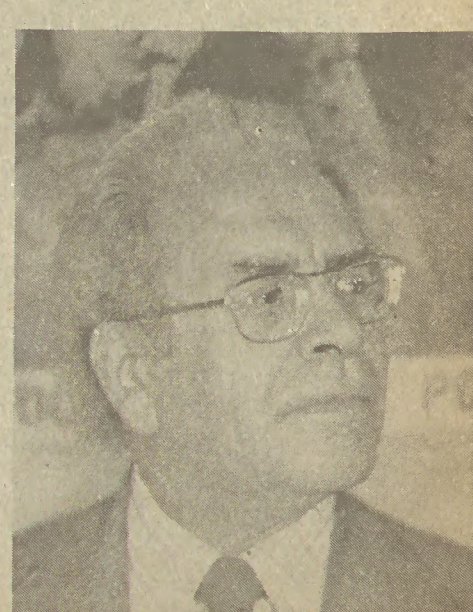
— José Manuel Maia Nunes de Almeida, deputado por Setúbal



— José Pedro Soares, membro suplente do Comité Central do PCP, de 25 anos, deputado por Lisboa



— Octávio Pato, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP, de 54 anos, deputado por Lisboa



— Pedro Soares, membro do Comité Central do PCP, deputado por Santarém

A vitória é difícil mas é nossa

(Continuação da pág. 1)

reacção elegeu os seus candidatos sem dificuldade. Conseguiu introduzir na Assembleia homens que são sobreviventes do fascismo e estão dispostos a tudo para impedir que a revolução democrática se transforme em revolução socialista. No Sul e em muitas zonas do Centro, onde a implantação das forças progressistas é forte, mas não dominante, a direita manobrou de forma a iludir trabalhadores insuficientemente esclarecidos, persuadindo-os a descarregar os seus votos da maneira mais conveniente aos seus fins, deixando-os na ilusão de que votavam realmente pela Revolução e por uma sociedade democrática a caminho do socialismo. O uso demagógico que destacados políticos burgueses fizeram da palavra «socialismo», numa campanha de promessas e «slogans» anti-comunistas, acabou por levar uma massa considerável de operários hesitantes e até de assalariados agrícolas a votar num partido que até agora não deu provas de estar empenhado em cooperar na luta contra os monopólios e o latifúndio.

Estas eleições tinham um alcance limitado. Importa, porém, definir com clareza o seu significado. As linhas gerais da Constituição foram definidas de comum acordo entre o MFA e os partidos que assinaram a Plataforma. Talvez alguns desses partidos tentem, agora, esquecer o compromisso assumido e retomar a posição que haviam tomado meses atrás quando quiseram impor o chamado «pacto do progresso», o pacto que visava preservar os monopólios e o latifúndio, denunciado pelo camarada Álvaro Cunhal no comício do dia 23.

O nosso partido estará vigilante. Honrará a Plataforma de Acordo, da qual foi um dos inspiradores e o maior defensor. O seu compromisso é com a classe operária, com o proletariado rural, com o povo. E intensificará a batalha contra os monopólios e o latifúndio. Nesse combate não contará apenas com o apoio dos seus militantes e da multidão de trabalhadores que lhe deu os seus votos. Não contará somente com a sua capacidade para mobilizar as grandes massas, comprovada incontáveis vezes ao longo do Ano I da Revolução. Os trabalhadores que não exerceram o direito de voto de acordo com os seus reais interesses estarão também a seu lado, nas horas decisivas. Porque estão também com a Revolução, com o MFA, porque desejam, tão ardentemente como os seus camaradas comunistas, destruir o capitalismo em Portugal. Há poucas horas ainda, centenas de milhares de trabalhadoras, na comemoração do 25 de Abril, deixaram bem claro, na grande festa da Vitória, que querem aprofundar as conquistas revolucionárias, que aprovam as nacionalizações e a reforma agrária, que não aceitam as soluções da social democracia. São, numa palavra, pela liquidação do poder dos monopólios e do latifúndio, sem a qual não se pode caminhar para o socialismo. Os resultados parciais exprimem já uma nítida derrota das direitas.

Sabemos que a vitória é difícil. Mas sabemos também que é nossa! Nem a linha nem a conduta das duas componentes do processo serão alteradas pelos resultados eleitorais. O MFA e o movimento popular de massas são o motor da Revolução. Os deputados eleitos pela reacção não terão condições na Assembleia para fazer o que não conseguiram fazer fora dela: travar o processo. Nem os pescadores de águas turvas que em Junho, em Setembro e em Março apenas puderam associar-se a vitórias populares depois de alcançadas, mas sem participar das lutas decisivas que as tornaram possíveis.

A resposta do povo à histórica campanha de provocações dos grupelhos esquerdistas foi exactamente a que havíamos previsto. A ridícula votação que, todos juntos, receberam não demonstrou que carecem de qualquer representatividade e que a sua insolente e agressiva palração só inspira o desprezo dos trabalhadores. Nem por isso, contudo, a sua acção, pela intransigência que criaram, pelas violências que cometeram e sobretudo pelas armas oferecidas à reacção foi menos negativa. São concretamente responsáveis, em boa parte, pela campanha de calúnias promovida no exterior contra a Revolução portuguesa através dos argumentos servidos a forças da reacção internacional que inter-

vieram indirectamente no processo eleitoral, associando-se ao coro anticomunista e exercendo pressões de toda a ordem.

A vitória é difícil, mas é nossa! Podemos hoje, contra a linguagem aparente dos números, proclamá-lo com redobrada confiança. Mas cidades e vilas, nas aldeias e nos campos com tradições de luta que vêm dos tempos do fascismo, os trabalhadores votaram massivamente no nosso Partido. A Grândola heróica, a Vila Morena da canção da liberdade, votou PC. O Barreiro, a Moita, importantes centros de zona industrial da Margem Sul, votaram PC. Tal como a Beja vermelha, as terras do latifúndio, onde a reforma agrária deu os primeiros passos muito antes do histórico Programa que oficializou a palavra de ordem do Alentejo: a terra a quem a trabalha!

Esse voto de confiança dos sectores mais combativos e lúcidos da classe operária e dos assalariados agrícolas em luta pela reforma agrária no nosso Partido, vanguarda organizada dos trabalhadores, enche-nos de alegria. É o voto da responsabilidade, a certeza de que nada poderá deter o avanço da Revolução.

É também positivo que muitos milhares de trabalhadores que não votaram nos candidatos comunistas, amedrontados pela ofensiva desencadeada contra o nosso Partido, tenham votado ao fim e ao cabo, com uma clara intenção de esquerda, demonstrando que apoiam firmemente o MFA e as medidas tomadas pelo Conselho da Revolução e pelo Governo Provisório. Podem não estar esclarecidos a respeito do que seja o socialismo e das formas de acção política que levam à sua construção, mas desejam também caminhar para o socialismo. E isso é historicamente muito importante e coloca o Partido Socialista perante uma opção inadiável. Ou se identifica com as aspirações daqueles que confiam no seu programa e nas suas promessas e realiza uma política de unidade com todas as forças progressistas e revolucionárias empenhadas na transformação da sociedade portuguesa, renunciando definitivamente a um comportamento cheio de ambiguidades e contradições, ou se define pela conciliação com os monopólios e o latifúndio, isto é, pela democracia burguesa, e será inevitavelmente arrastado para uma posição incompatível com a Plataforma de Acordo com o MFA assinada pelos seus dirigentes. Se tal fizer perderá a confiança dos trabalhadores que lhe deram agora os seus votos.

O camarada Álvaro Cunhal recordou há dias que o PCP NÃO TINHA EM VISTA COM AS ELEIÇÕES OBTER CONDIÇÕES PARA REVER SEJA QUE ASPECTO FOR DA SUA ORIENTAÇÃO. Visava, sim, reforçar a intervenção popular no processo revolucionário, o apoio popular às forças progressistas e ao MFA. Podemos dizer hoje, com tranquila segurança, num primeiro balanço, que esse objectivo foi alcançado. Apesar de todas as manobras e esforços da reacção, ela não conseguirá nem desviar a Constituinte do seu fim exclusivo, nem mudar o rumo do processo. O sentido, o significado profundo do voto nas zonas do País onde foi possível realizar um amplo esforço de esclarecimento confirmaram a imensa potencialidade revolucionária das massas populares e a força do PCP.

A organização do Partido saiu reforçada das batalhas de Abril. A nossa experiência é agora maior. A consciência política e a consciência de classe de centenas de milhares de trabalhadores tornaram-se mais profundas. A classe operária, o proletariado rural do Sul, o movimento popular de massas saem da campanha mais combativos, melhor armados ideologicamente, mais decididos ainda a fortalecer a sua aliança com o MFA, para que as duas componentes façam avançar a Revolução, fraternalmente unidas, a caminho do socialismo.

É ainda cedo para se extrair das grandes lições do acto eleitoral. Os monopólios e o latifúndio serão implacavelmente destruídos na etapa revolucionária em curso. É uma certeza. Tão forte como a que nas jornadas do 28 de Setembro e do 11 de Março animava os peitos dos comunistas que mobilizaram o povo, defenderam a democracia nas barricadas e, ao lado do MFA, derrotaram a reacção. É uma certeza.

A vitória é difícil, mas é nossa!



O POVO ESTÁ COM O MFA!

Espontâneas e entusiásticas manifestações populares e uma participação em massa no acto eleitoral demonstraram mais uma vez, no primeiro aniversário do 25 de Abril, que o povo está e estará com o povo fardado do MFA

O povo é quem mais ordena. A canção da liberdade não foi apenas um tema. A estrofe heróica foi a própria festa. O povo tomou conta das ruas. Para comemorar o fim do fascismo mostrou que é a Nação. Ordenou, inventou,riu, dançou. Deixou explodir todas as emoções na festa mais espontânea que jamais houve em Portugal. Uma festa que não estava prevista, que acabou por surpreender as centenas de milhares de pessoas que a improvisaram.

Começou à meia-noite. Em Lisboa, no Porto, em dezenas de cidades e vilas, nas aldeias.

A Televisão e a Rádio agiram como organizadores colectivos, como agitadores colectivos, cumpriram exemplarmente o papel que cabe aos meios de informação numa sociedade democrática empenhada em transformações revolucionárias. Dirigiram apelos ao povo para que abraçasse as janelas à meia-noite e cantasse «Grândola, Vila Morena». Horas depois, o povo teria de votar nas primeiras eleições livres. Mas o povo recebeu a sugestão, foi mobilizado pela ideia, mas não a seguiu à letra. Ordenou. Veio para a rua. Extravasou a sua alegria até ao esgotamento, manifestar a sua confiança fraternal no MFA, confirmar que está disposto a todos os sacrifícios para levar adiante a caminhada para o socialismo, demonstrar a força inventiva, a unidade do movimento popular de massas. Deu à reacção, com a sua alegria efusiva, a resposta que em Setembro e Março lhe havia dado, cerrando fileiras, montando barricadas, dispondo-se a morrer em defesa da liberdade. Outra arma, a mesma firmeza.

Lisboa foi o mostruário do País. A sua festa resumiu todas as demais. O povo estava em todo o lado. Revivia o 25 de Abril, recordava a grande jornada libertadora. Com cravos e bandeiras nacionais, cantando «Grândola, Vila Morena», num concerto nunca ouvido de buzinas, vivas, aclamações ao MFA e à Revolução, aos capitães de Abril. O povo festejava a sua vitória, aplaudia-se a si mesmo como arquitecto da história. Lembrava doze meses de heroísmo e de luta, de conquistas rudemente defendidas, de avanços constantes, decorrentes de outras tantas derrotas infligidas à

reacção. Desmentia no Rossio e em Belém, em Alcântara e em todas as ruas da Baixa, do Areeiro ao Bairro Alto, a campanha de calúnias montada pelos inimigos internos e externos da democracia. Explosões de alegria sem violência, amanhecer de uma sociedade nova em busca do futuro que escolheu.

A palavra de ordem que surgiu, que se impôs, que fez Lisboa abraçar-se a si mesma, confiante, unitária: Vitória! O povo criou, confirmou que a revolução é também imaginação, ruptura de condicionamentos culturais, de formas de convívio herdadas do fascismo. Tudo serviu em Lisboa para o V da Vitória. Em primeiro lugar, o triângulo dos automóveis reduzido a duas pernas. O importante era formar a letra. Apareceram VV feitos com flores, com dois sapatos, paus de bandeiras, com os dedos de luvas enchidas com papéis e ligadas às antenas dos carros. Até com duas bananas. O povo inventa, ordena, dá largas à sua ilimitada criatividade.

Não houve desta vez a possibilidade de parar para tomar uma cerveja ou um café. Estava tudo fechado. Mas o povo esqueceu o estômago. Pelo centro da cidade desfilarão os mais fantásticos corções, dançou-se. E cantou-se sobretudo. O cantar forte de um povo revolucionário, de «Grândola» ao «Avante Camarada!»

Centenas de jornalistas estrangeiros, preparados para fazer a cobertura das eleições, vieram também para a rua. Primeiro desconcertados, incapazes de entender o que viam. O país em ruínas, da fome, da desordem, da violência, o país do caos, de que tinham ouvido falar antes de chegarem a Lisboa, exibia perante eles a sua verdadeira face. O Portugal revolucionário que festejava o 25 de Abril desmentia a campanha de infâmias da reacção internacional. Mostrava o que é, o que sente, o que quer, para onde vai.

«Estive em Cuba. Vi as multidões entusiásticas de Havana. Vi muitas festas populares pelo mundo, muitas festas carregadas de fé revolucionária, de confiança e de amor. E, contudo, nunca vi nada igual a esta noite de Lisboa.» O comentário é de um amigo da Revolução portuguesa. De Algis Chekuolis, director em

Lisboa da Agência Soviética Novosti.

Onde se viu, com efeito, uma juventude comparável! Onde se viu tanto jovem, entre vivas à Revolução e ao MFA, mergulhar de madrugada nos lagos das praças públicas? E isso aconteceu em Lisboa, no Rossio, na madrugada do 25 de Abril.

Unidade! Unidade!

Milhares de lisboetas não dormiram. Da festa foram directamente para os seus bairros, formar filas à porta das secções de votos. Quando o Sol nasceu, o quadro mudou. A festa da confiança revolucionária cedeu lugar a uma jornada de civismo democrático.

Foi outra derrota infligida à reacção. O comportamento do povo, a serenidade do povo, a preocupação de respeitar a legalidade democrática causaram uma profunda impressão nos jornalistas estrangeiros. A reacção havia afirmado que em Portugal não haveria eleições, que o povo estava revoltado e amargurado, que o 25 de Abril de 1975 seria um dia sombrio. O povo passou horas nas bichas. Houve bairros em que às duas da manhã se formaram as primeiras filas. A lei eleitoral foi escrupulosamente cumprida. Também isso surpreendeu os observadores estrangeiros.

«Parece que este povo está habituado a votar todos os dias», desabafou um reporter inglês, impressionado pela atmosfera de Lisboa. A grande maioria dos eleitores votou pela manhã. Deixou os emblemas em casa. Não se faliu de partidos e de percentagens nas longas bichas. A maioria das conversas incidiu sobre os pormenores técnicos. Perguntas de última hora sobre a localização das secções, perguntas ingénuas sobre a maneira de dobrar o voto, sobre os prejuízos que a chuva, a cair, poderia causar.

A reacção, como era de esperar, não conseguia disfarçar o seu desalento, a sua atitude de classe, a sua aversão pelo povo trabalhador. Houve cavaleiros que estranharam a falta de lugar para os seus automóveis de luxo. Damas encasacadas que protestavam

contra a longa espera. Em Sete Rios, uma dessas senhoras, com um penteado hollywoodesco, queixava-se do tempo perdido, de «tanta maçada inútil». «Da outra vez», disse, «era muito mais fácil, votei em cinco minutos».

Um operário interpelou-a: «A senhora trabalha?» «Não, respondeu a dama. O meu marido sim. Mas vota em Cascais e está à minha espera.» Foi uma risota geral. Um estudante não se conteve e comentou: «A senhora não é velha, mas parece uma múmia. Ainda não percebeu que está morta, que não tem nada a ver com esta eleição, com o Portugal de hoje.»

Nos bairros de maior densidade operária, como Sacavém, Moscavide, Alcântara e outros o silêncio nas bichas era maior. O nosso Partido estava representado com força. Mas os comunistas cumpriram à letra as indicações recebidas. Muitos amigos limitavam-se a trocar olhares, a acenar uns para os outros, sem trocar palavra. Ninguém queria oferecer o menor pretexto a provocações eventuais.

Só depois de cumprido o dever de votar se formavam grupos. Os comunistas, então sim, eram facilmente identificáveis. Não regressavam logo para casa. Voltavam a colocar os emblemas na lapela. Discutiam a campanha, o último comício, o discurso do camarada Álvaro Cunhal. Em Sacavém muitos puxavam de papel e lápis e faziam cálculos, discutiam o número de deputados do povo, circulou por círculo, combinavam encontros para acompanhar, entre camaradas, a divulgação dos resultados pela Televisão.

Por toda a cidade, após a votação, o tema obrigatório entre trabalhadores, era a festa da noite anterior. Tudo se ligou. A manhã serena das primeiras eleições livres realizadas em Portugal foi a continuação da madrugada de alegria, da comemoração festiva do 25 de Abril.

Desde o 1.º de Maio que não se via tanto cravo em Lisboa.

O primeiro aniversário do 25 de Abril só foi sombrio para a reacção. Ela foi novamente derrotada.

A aliança entre o povo e o MFA foi uma vez mais plebiscitada nas ruas, manifestou-se no civismo do acto eleitoral. A multidão, que encheu a transbordar o largo fronteiro ao Palácio de Belém, confirmou que está disposta a todos os sacrifícios para fazer avançar a Revolução. Era o mesmo povo que dançara e cantara no Rossio, eram os mesmos trabalhadores, os mesmos jovens que ergueram o V da Vitória por toda a cidade. Eram destacamentos do movimento popular de massas, eram uma das componentes do processo a levar o seu abraço fraternal, a sua solidariedade, calorosa à outra. Como no 28 de Setembro, como no 11 de Março, como na gigantesca manifestação de apoio às medidas de nacionalização e da reforma agrária.

Mas Portugal não é o mesmo de Abril de 74. Mudou. A alegria das massas traduziu-se como nunca a alegria desencadeada pelos últimos avanços. «Viemos de vontade! Viemos de vontade!», gritava o povo em Belém, aplaudindo o Presidente da República, o Primeiro-Ministro, o brigadeiro Otelo Saraiva de Carvalho, todos os demais membros do Conselho da Revolução. E a unidade, a unidade inquebrantável entre o povo e o MFA foi o tema central das breves saudações dirigidas à massa do terraço do Palácio que há um ano era ainda um símbolo do Portugal esmagado pelo fascismo, dominado pelos monopólios e pelo latifúndio.



O PARTIDO DOS TRABALHADORES E DA RESISTÊNCIA ANTIFASCISTA

Homens, mulheres e jovens das regiões de implantação operária e de tradições na luta antifascista confirmaram com grande apoio eleitoral a sua adesão ao PCP

Os resultados da consulta eleitoral que acaba de terminar vieram trazer a confirmação clara da sólida implantação do nosso Partido nas zonas onde a classe operária sempre tem defendido em número e qualidade o futuro do Povo a que pertencemos, e que ontem deu mais uma prova irrecusável de firme apoio à sua vanguarda organizada.

Saimos há um ano de um regime fascista, que marcou profundamente com o seu ferrete de subdesenvolvimento económico e de ignorância social e política a grande massa dos trabalhadores portugueses. Tivemos anos e anos de obscurantismo organizado, sofremos verdadeiros atentados ao normal desenvolvimento de um povo europeu. Não temos, portanto, motivo para nos surpreendarmos com a influência fascista, que prevalece a níveis e com sinais por vezes difíceis de detectar numa primeira impressão. Cavando

fundo num terreno com todas as condições para a aceitar, a direita, apoiada nos herdeiros do fascismo, tinha forçosamente de se manifestar por uma votação importante nas primeiras eleições depois do derrubamento do fascismo.

Não cremos, porém, divulgar algo de novo ao reafirmarmos que a sorte de um povo que luta com todas as suas forças para se libertar de uma situação intolerável só pode identificar-se com estas eleições para a Assembleia Constituinte na medida em que elas lhe garantam o firme prosseguimento de uma via aberta inequivocamente a um futuro exigido pelo movimento popular de massas em aliança indestrutível com o MFA.

A via socialista por onde nos encaminhamos com passos seguros não foi uma invenção de gabinete. Não apareceu por obra de teóricos desligados das exi-

gências e do profundo sentir das massas populares. Resulta do combate e das tarefas diárias no terreno prático de uma revolução que, para se manter e avançar, não pode limitar-se a destruir as consequências imediatas de um regime opressor. Tem de atacar mais fundo. Tem de começar a destruir rapidamente as raízes do fascismo: o sistema capitalista.

Temos um ano de vida democrática. Um ano de aprendizagem diária e difícil dos caminhos que levarão Portugal ao Socialismo. São as eleições para a Constituinte um marco nessa caminhada. Mas são ainda um marco com várias direcções e cremos firmemente que há uma delas que as massas trabalhadoras e a totalidade do nosso povo não poderão recusar: a via socialista, que passa pela destruição do capitalismo. E quando falamos de massas trabalhadoras, não nos esqueçamos da sua vanguarda organizada — a classe operária e o seu Partido. Não nos esqueçamos da unidade que constantemente se fortalece entre os trabalhadores e das alianças que se vão solidificando à medida que o processo avança com relevo indelével para a aliança com o MFA.

É nesta situação, em que se destacam as medidas políticas, económicas e sociais posteriores ao 11 de Março e ao golpe vibrado na reacção, que as eleições para a Constituinte se vêm inscrever com sinais muito nítidos no mapa da luta antifascista que conduziu ao 25 de Abril de 1974 e que conhecemos perfeitamente por experiência vivida e pelos resultados obtidos.

Assim, nas regiões do nosso país onde a luta antifascista foi mais dura, onde a repressão nunca deu tréguas aos nossos camaradas trabalhadores, aos militantes comunistas, onde a organização da classe operária se opôs tenazmente e com êxito à ditadura terrorista do capital, aí tivemos, nestas eleições, mais uma prova da indestrutível implantação do Partido Comunista Português em todos os locais onde verdadeiramente se constrói o futuro, onde verdadeiramente e objectivamente se vê palpar o coração da Pátria, feito de sacrifício, de apego à luta constante, de esperança na vitória final, na construção do comunismo.

Votando conscientemente no seu Partido, os trabalhadores deram mais uma prova serena de confiança na reconstrução de Portugal rumo ao Socialismo. A unidade de que falamos saiu dela reforçada pelo voto, arma de cuja posse as massas foram por tanto tempo brutalmente afastadas com todos os riscos inerentes a nela terem de pegar quase de repente. Mas souberam mesmo assim utilizá-la para defender, também nas urnas, as vitórias já alcançadas.

Muitos ainda gostariam, hoje aqui e lá fora de fazer desta consulta eleitoral, dos seus resultados, como que uma pausa, uma paragem para se reverem nos louros antigos, nos que o fascismo manteve e conquistou para eles, espezi-

nhando durante meio século as mais justas e urgentes aspirações do povo trabalhador. A nossa tarefa, a tarefa da classe operária, a tarefa das massas populares das cidades, das vilas e das aldeias é evitar essa paragem «contemplativa» que os senhores de ontem e de hoje arvorariam em «meditação» para golpes futuros, para novos e mais graves atentados à via socialista pela qual nos encaminhamos a passo largo e seguro. Não deixaremos que nos detenham com essa pausa. Não permitiremos que as eleições sirvam para manobras urdidas nas costas da maioria dos portugueses. Evitaremos que as sequelas do fascismo, que o seu arsenal de golpes baixos, sirvam para extrair das eleições tudo o que não seja o fortalecimento das mais amplas liberdades e do poder económico das classes trabalhadoras, tudo o que não seja o caminhar seguro em direcção à meta para que aponta a nossa revolução: o fim da sociedade de classes.

Naquelas zonas, naquelas regiões onde sob o fascismo uma greve representava riscos terríveis para centenas de famílias, mas onde essas greves se faziam com consciência e coragem; naqueles campos, fábricas, estaleiros,



Moita, de Pias, de Alpiarça, de Baleizão, de Setúbal. Foi aí onde sob o fascismo, nas herdades, debaixo das balas assassinas a soldo dos grandes agrários, nas fábricas sob a repressão diária dos esbirros fascistas, foi aí onde o dia de amanhã era sempre a continuação da luta por uma vida digna para todo o

de luta contra um regime opressor nos locais onde ele era, ao mesmo tempo, mais vulnerável e mais forte.

O Barreiro foi às urnas pelo seu Partido. Aí, onde a classe operária mais sentiu na carne o poder económico do fascismo e a repressão que acompanhava a sua defesa, os trabalhadores não poderiam hesitar. A maioria esmagadora dos votos no nosso Partido é uma demonstração da força e vitalidade das massas organizadas, sem as quais um povo deixará pelo caminho o melhor do seu esforço, o melhor da sua história.

Ensinaamentos duradouros podem os trabalhadores portugueses extrair destas eleições. Por elas se viu que a força organizada da vanguarda do povo trabalhador, quanto maior for o seu desenvolvimento nas fábricas e nos campos, quanto maior for a sua consciência de classe, mais perto estará de tomar nas suas mãos o seu próprio destino, mais firme será a caminhada para que acabe a exploração do homem pelo homem.

Fortalezas construídas pedra a pedra durante os anos negros do fascismo, Grândola, Baleizão, Barreiro e tantas outras terras pequenas e grandes do nosso país são hoje bastiões da classe operária e de todos os trabalhadores portugueses. Onde elas estão está o nosso Partido. Mas não são apenas essas terras e regiões que conso-

lidam e defendem a linha justa do PCP e a sua organização de massas. Se elas são fortalezas indestrutíveis, outras há em que os trabalhadores avançam e constroem diariamente os redutos, as defesas de Portugal inteiro. Em Bra-

Factor decisivo na história de um povo, a classe operária, guia, condutora e aliada dos restantes trabalhadores do campo, do mar e das cidades, manifestou nestas eleições para a Constituinte a sua indissolúvel ligação ao Partido



gança, Braga, Viana do Castelo, Guarda, os trabalhadores e o nosso Partido souberam já criar esses redutos, que fortalecerão e que já deram também sinais claros de consciência e firmeza votando no seu Partido.

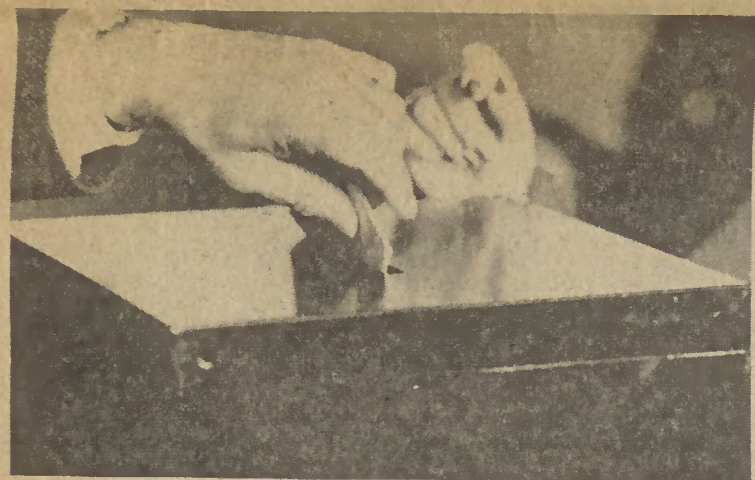
que criou, ao Partido que defende, ao Partido que constantemente alimenta com a sua força criadora, com o seu trabalho, com a sua dedicação ao futuro do País.

Grândola, terra da canção libertadora, terra de lutas pelo pão, pela paz, pela liberdade, terra onde a verdadeira humanidade pode rever-se como num espelho, não deixou mais uma vez que ninguém pensasse por ela, que ninguém decidisse por ela. Votou e soube utilizar o voto como arma. O mesmo fizeram os trabalhadores do Barreiro, de Baleizão, de Pias, daquelas terras onde as pessoas aprenderam verdadeiramente a viver juntas, a viver humanamente como corpo colectivo em que os membros respondem em equilíbrio perfeito ao esforço que lhes é pedido. Corpo habituado a reagir em conjunto, a empreender colectivamente as tarefas que são deste mundo e dos homens, as tarefas verdadeiras, que fazem um povo merecer a sua história e o carinho dos seus filhos.



onde realmente pulsava o corpo maior da vida económica do país e onde os trabalhadores lutavam conscientemente para atacar o coração do fascismo; aí onde o Partido Comunista Português esteve implantado em todo o seu vigor, aí tiveram os trabalhadores, a certeza de votarem pelo seu Partido, de votarem no seu próprio futuro — e votaram certo.

Mais do que fortalezas indestrutíveis, verdadeiros bastiões da classe operária e dos trabalhadores dos nossos campos, foram, como sempre e desta vez nas urnas votando pelo seu Partido, as terras de Grândola, do Barreiro, da



(Continuação da pág. 1)

Entretanto, os resultados continuavam a ser comentados por todos os presentes no Centro de Imprensa da Gulbenkian e um dos aspectos que várias vezes foi referido dizia respeito à citação de um jornalista cubano que entrevistara os ex-agentes da PIDE presos em Peniche, os quais lhe teriam afirmado na sua esmagadora maioria que se tivessem oportunidade de votar optariam pelo PPD e alguns pelo PS.

Justificou-se plenamente o facto inédito no nosso país de a Televisão ter dado uma cobertura tão extensa a estas eleições disputadas pela primeira vez com a liberdade que foi possível alcançar neste ano de revolução.

É conhecido o intenso cuidado que mereceu à reacção, um pouco por todo o país, a sabotagem sistemática de sessões do nosso Partido, as agressões de que foram vítimas militantes e candidatos comunistas em várias localidades, chegando a sanha anticomunista a atingir a agressão mais violenta e perigosa. Situações dessas e mais os frutos da ignorância e do obscurantismo fascistas lançados no seio das massas ao longo de meio século de ditadura terrorista tiveram a sua expressão no voto, dela beneficiando os partidos da reacção e aqueles que fizeram do anticomunismo a única alínea do seu programa de campanha.

Pouco antes das oito horas, quando a televisão começou a transmitir entrevistas com camponeses de aldeias das Beiras, os jornalistas estrangeiros que compreendem portugueses passaram a acompanhar com atenção esse programa inesperado e para eles esclarecedor sobre as razões da massiva votação obtida pela direita em zonas onde não chegou o 25 de Abril. A impossibilidade de quase todos os entrevistados de encontrar uma explicação para o voto ou a preocupação de ocultar as pressões que haviam sofrido dos caciques locais impressionou profundamente os representantes dos próprios órgãos de informação que têm feito campanha contra a Revolução Portuguesa e principalmente contra o nosso Partido. Os gestos e os olhares dessas vítimas das manobras da reacção completavam aquilo que as palavras não diziam.

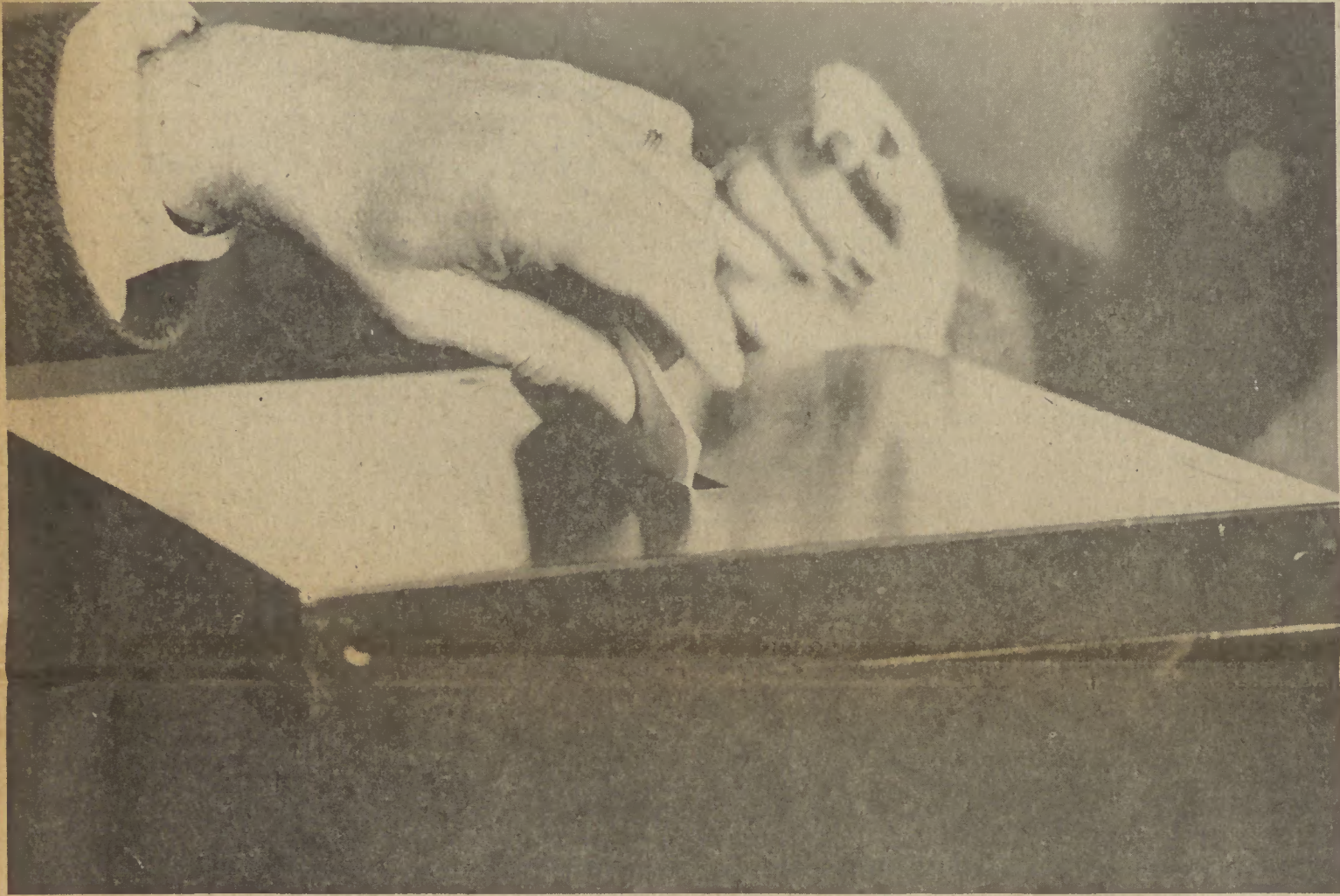
«Agora compreendo» — declarou uma repórter americana. «Entendo o que ouvi a um oficial do MFA quando aludi à necessidade de aprofundar a campanha de dinamização cultural. Acredito que só os homens das Forças Armadas podem realizar com êxito a tarefa de detubar a muralha do medo e da ignorância. Eu pensava que os comunistas mentiam quando denunciavam o boicote das suas sessões e comícios, quando protestavam contra agressões e manobras de corrupção. Diante do que estou vendo, não encontro palavras... Que significado pode ter o voto nessas aldeias?»

Numa breve conferência de Imprensa, o general Costa Gomes, lamentou que a grande afluência de jornalistas estrangeiros se devesse a um certo sensacionalismo que esperavam eleições agitadas e manifestou a sua esperança de que transmitissem para os seus países a imagem de um Portugal que nem sempre descrevem com fidelidade.

Esta manhã ainda continuavam a ser dados os resultados das eleições. E o País ao acordar ia tomando conhecimento da escolha que fizera no dia anterior.

A REACÇÃO NÃO PASSARÁ!

Conforme o nosso Partido previra e denunciara, houve regiões do País onde as eleições não foram livres: à herança do obscurantismo legada pelo fascismo juntaram-se as acções de intimidação, boicote e provocação sobre populações indefesas



O acto eleitoral foi caracterizado por uma larga participação popular de norte a sul do país, em termos de grande tranquilidade e civismo, o que terá, sem dúvida, constituído amarga decepção para os círculos imperialistas que vinham apostando numas eleições perturbadas pelo caos e pela anarquia. É certo que as forças reacçãoárias, que actuam a nível nacional, tudo fizeram para não destruir tão «auspiciosas» esperanças da reacção internacional.

As informações de irregularidades diversas e de manobras provocatórias, que relatamos, são prova concludente dos objectivos criminosos das forças contra-revolucionárias no sentido de boicotarem o acto eleitoral. Não constituiu surpresa o facto das provocações ocorridas se terem verificado nas zonas onde a reacção tem vindo a demonstrar um forte domínio. Referimo-nos às regiões do norte e interior do país e muito particularmente aos distritos de Braga, Vila Real, Bragança e à região das Beiras.

Do mesmo modo, não constitui motivo de admiração a actuação comum de sabotagem do acto eleitoral tentada por elementos do MRPP e por elementos direitistas da contra-revolução. Esta identidade de objectivos obedece a uma coerência relativamente aos interesses de classe defendidos por esses sectores. Também não é inesperado o jogo da reacção em determinado campo de forças, cuja indefinição constituiu um terreno propício a apoios momentâneos.

Os factos que relatamos, certamente incompletos, são elucidativos quanto à genuinidade do acto eleitoral em algumas zonas. E porque não é apenas em participação quantitativa que se mede um acontecimento tão importante como o que o povo português acaba de viver, impõe-se a uma reflexão atenta sobre o campo de acção que a reacção demonstra ainda possuir um ano após a queda do governo fascista. Seria mais do que pueril cerrar os olhos à realidade.

Os factos ocorridos vêm na sequência lógica do desenrolar da campanha eleitoral em determinadas zonas do país, onde o anticomunismo e uma arma que atinge principalmente o nosso Partido, mas também outras forças democráticas empenhadas na vitória do processo revolucionário. As indulgências causaram sérios danos à democratização do país. A vigilância revolucionária, da qual a aliança povo/MFA constitui o mais poderoso suporte, não pode desanar. Essa vigilância foi um dos factores do clima de calma que rodeou o acto eleitoral. Mas os acontecimentos demonstram que essa calma não é sintoma de exercício livre da vontade popular. Em diversas zonas, onde é maior o peso da herança da política de obscurantismo conduzida pela ditadura fascista, as populações foram vergonhosamente manipuladas como se não bastasse a sua falta de maturidade política. Estes actos de corrupção não podem ser ignorados. Urge dar-lhes a resposta que se impõe para salvaguarda do processo de construção de um novo país. Não o fazer será debilitar a confiança das massas populares que, nas regiões com fortes tradições de resistência antifascista e nas zonas de forte implantação de proletariado, demonstraram uma opção inequívoca pela verdadeira democracia na qual se insere o futuro do país.

A REACÇÃO SEMEIA PÂNICO NO DISTRITO DE BRAGA

No distrito de Braga, a reacção começou a sua investida intimidatória com o objectivo directo de cor-



romper o acto eleitoral na madrugada do dia 24 para o dia 25. Espandendo-se, sem dúvida, a vila mais flagelada pela violência dos reacçãoários. De madrugada, elementos do CDS organizaram barragens nas vias de acesso a Espoude e nas ruas da vila,

utilizando em alguns casos arvores. Munidos de mactras e correntes, obrigaram os ocupantes dos automóveis a identificarem-se e a mostrar-lhes os emblemas que provavelmente usassem, registando-se diversas agressões. Protegidos por carros, os elementos do CDS puseram a sireme dos bombeiros a tocar, o que provocou geral alarme. Perante a escalada de violência dos elementos do CDS (um dos militantes deste partido, Carlos Miguel de Magalhães, pediu a Famalicão «reforços» que auxiliassem a intensificação da situação cóptica que pretendiam provocar), muitos populares dirigiram-se para a

ficou forte agitação. Ouviam-se pela cidade tiros dispersos, ao que parece, disparados de um automóvel, e tentativa de assalto ao Liceu de Sá de Miranda, local designado para o funcionamento de onze assembleias de voto. O Regimento de Infantaria de Braga, ocorrendo ao local, não logrou, no entanto, conseguir deter os agitadores que haviam tentado a proeza. Montada uma operação de auto-stop, verificou-se iam incidentes quando dois carros se recusaram a corresponder ao sinal de paragem dos elementos das Forças Armadas, resultando em consequência terem ficado feridos dois civis e um militar.

O firme dispositivo de segurança montado pelas Forças Armadas impediu que os objectivos criminosos dos agitadores fossem atingidos. Informações diversas indicavam que o grupelho irresponsável MRPP se preparava para lançar acções provocatórias no cumprimento da sua tática de boicote activo das eleições. Tal não se verificou, e para isso muito terá contribuído a acção de vigilância exercida pela aplicação prática da aliança POVO/MFA. Também a participação no acto eleitoral não foi, quantitativamente, afectada, graças a esta vigilância.

No entanto, a acção de manipulação exercida no decorrer da campanha eleitoral pelas forças contra-revolucionárias manifestou-se em diversas freguesias na condução do acto eleitoral. Em Ferreiros, muitos dos votantes levavam escrito nas mãos e em papeis a sigla do PPD, «para não confundirem»; em S. Nicolau, o Presidente da Mesa da assembleia de voto, ao entregar o boletim, indicava com o dedo o PPD; o mesmo acontecendo nas freguesias de Arentim e Tadin; em Sampaio, freguesia de Carvalhais, concelho de Barcelos, em cima do guichet de voto encontrava-se um impresso assinado a cruz no PPD.

De um modo geral, em diversas freguesias, observou-se total desprezo pelos preceitos legais no que diz respeito à necessidade de identificação dos votantes. Interessa mais uma vez salientar que o distrito de Braga tem-se revelado como um feudo da reacção onde grassa a violência, como espantoso avontade, um ano decorrido após o 25 de Abril de 1974, data em que a gloriosa acção do MFA conduziu à derrota do governo fascista — sem que o fascismo tivesse sido banido do nosso país. Agentes de diversos partidos, um dos quais da actual coligação, vêm-se manifestando como continuadores da evolução na continuidade do terror fascista. A clareza dos actos de violência não permite outra interpretação, e é lamentável que a imprensa não tenha denunciado, com insistência, as anomalias ocorridas em terras deste distrito, prelúdio de um vergonhoso boicote eleitoral.

Para não repetirmos o conjunto de factos de violência que denunciámos durante o período de campanha eleitoral, assinalamos apenas os acontecimentos de 17, 18 e 19 em S. Simão de Novais, freguesia de Riba de Ave.

No dia 19, perto das 0,30 h, S. Simão de Novais foi invadida por cerca de 700 elementos do PPD, vindos de um comício de Famalicão (entre os quais cinco mascarados!), que, gritando «viva o PPD», «morte aos comunistas», e «assim se vê a força do PPD», armados de punhais, catanas, correntes de motosserras, chicotes, armas de fogo (tendo sido identificada uma Walter) espantaram várias pessoas que, alertadas, vinham para a rua, ferindo algumas, insultaram e ameaçaram, arrombaram e revistaram casas, prenderam, tendo levado um refém que entregaram na GNR de Famalicão, incendiaram uma motorizada e ameaçaram incendiar uma palhota e casas. Ressuscitando os piores métodos da PIDE/DGS, estes elementos do PPD declararam que tinham autorização para entrar em qualquer casa de noite. Uma anciã de 72 anos — cuja casa foi invadida (uma das muitas invadidas), apedrejada e destruída, com o pretexto de que lá se encontrava um militante do nosso Partido (só estava na casa o marido desta senhora, que tem 75 anos) — diz nunca ter visto uma acção destas nem mesmo no tempo da guerra!

A REACÇÃO ATACA EM VIANA DO CASTELO E VILA REAL

Em Viana do Castelo e Vila Real, distritos onde no período de campanha eleitoral as forças reacçãoárias tinham mais uma vez demonstrado o seu domínio, não são de espantar as manobras de intimidação iniciadas igualmente às primeiras horas do dia 25. Em Viana do Castelo verificou-se a tentativa de assalto dos estaleiros navais, gorada em virtude da vigilância de um piquete de trabalhadores. Foram presos dois dos assaltantes. Um deles é filho de um industrial têxtil, conhecido reacçãoário de nome Rosas.

Em Vila de Ancora, os cadernos não estavam elaborados por ordem alfabética, anomalia que se registou em alguns lugares de outros distritos. O delegado do nosso Partido aceitou a solução de proceder-se à votação por chamada da mesa, mas apresentou um protesto relativamente ao modo incorrecto como os cadernos estavam elaborados e à consequente incorrecção no processo de votação.

Em Sub-portelo foi encontrado dentro de uma urna um voto da lista A da ex-ANP relativo às eleições de 1973. O delegado do nosso Partido pediu a impugnação do acto eleitoral, tendo sido acompanhado nesta atitude pelos restantes elementos da mesa.

Em Vila Real, registaram-se diversas irregularidades no decorrer do acto eleitoral. Na freguesia de Abaças, nas 1.ª e 2.ª secções, vários indivíduos incitavam as pessoas a votar nos partidos da direita. Foi anexo à acta um protesto, e comunicados os factos às Forças Armadas e ao Governador Civil do distrito.

Na freguesia de Santa Cristina, concelho de Mesão Frio, a 40 metros da assembleia de voto encontravam-se duas bandeiras do PPD e na entrada da assembleia um largo pano com a sigla deste partido. De 700 votantes, só 30 possuíam identificação. Os membros da mesa declararam reconhecer os não identificados, observando-se, porém, que nem conheciam os respectivos nomes. Elementos da mesa aconselhavam os votantes a votar «no partido do fundo», que no impresso correspondia ao PPD. O presidente da mesa, ao entregar o impresso, indicava com o dedo o PPD. O carro do presidente da mesa, estacionado à porta, ostentava discitos dizendo «vota PPD». Como o delegado do nosso Partido elaborasse seis protestos escritos, foi insultado pelos restantes elementos da mesa e ameaçado de agressão física, tendo sido obrigado a abandonar a assembleia.

Em Santa Valha, concelho de Valpaços, à porta da assembleia de voto, elementos da Junta de Freguesia e do pároco, António de Jesus Branco, incitaram a população a votar no último partido (PPD no impresso). Helena Teixeira foi um elemento activo na manipulação da opinião da população feminina, aconselhando as mulheres, muito paternamente, a votar no PPD...

ELEMENTOS DO MRPP PRESOS EM BRAGANÇA

As acções sabotadoras do acto eleitoral conduzidas pelo MRPP, as quais têm sido rodeadas de um clima de total isolamento, foram em Bragança impedidas graças à pronta intervenção das Forças Armadas, que detiveram o provocador Arnaldo Matos, secretário-geral desse grupelho, e Horácio Crespo, do Comité Central.

No distrito de Leiria, em Figueiro dos Vinhos, foi amplamente distribuída entre a população uma targetta, assinalada com uma cruz no quadrado do PPD. Nas assembleias de voto verificou-se a existência desta targetta.

Em Coimbra, concelho de Arganil, o presidente da Junta de freguesia de Pombeiro da Beira, Américo Duarte da Silva, elemento do PPD, utilizando três camionetas da empresa Adeliño Pereira Marques, com as matrículas EC-15-75, BG-23-05 e HA-99-64, transportou quase a totalidade da população, com diversas deslocações. A existência das três camionetas destinava-se, sem dúvida, a iludir a vigilância das forças progressistas. Foi apresentado um protesto ao Comandante da Polícia e ao Quartel-General.

mente à sede do CDS. Logo de seguida saíram daquela sede elementos armados de mactras que se deslocaram em três carros — Austin 850 vermelho, RP-47-70; Volkswagen azul, DG-93-91; Volkswagen branco, GG-74-58.

Posteriormente, centenas de militantes da Fec e Luar concentraram-se na Praça da República, em frente à sede do CDS, que se encontrava protegida por militares. A presença das Forças Armadas não impediu que elementos daquele partido disparassem alguns tiros, enquanto os manifestantes apedrejavam o edifício. Ouviram-se também rajadas de tiros disparadas de carro em Castelo da Maia, Valbom e Gondomar.

Entretanto, no decorrer do acto eleitoral em Lousada, Paços de Ferreira e Baião, muitos dos votantes

tar com o caciço e preencheu o boletim dele!!!

O facto de em diversas assembleias do distrito do Porto se terem registado tumultos e irregularidades, que perturbaram os trabalhos do escrutínio e contrariaram o ambiente de liberdade em que se deveria processar o acto eleitoral, deu azo a que fossem levantados inúmeros protestos pelos delegados do nosso Partido.

Quanto à manifestação convocada pelos reacçãoários do MRPP para a cidade do Porto, não passou de uma manifestação simbólica, com a participação máxima duma centena de pessoas.

Também em Lisboa a manifestação do MRPP, convocada para o Rossio, não passou de mais um espectáculo de histerismo colectivo de algumas dezenas de provocadores, sa-



Nas freguesias rurais do distrito de Coimbra, foi posto a correr o boato de a quem não votasse seria retirados os subsídios da Previdência, nomeadamente a reforma. Pessoas muito idosas, entre as quais larga percentagem de mulheres, acorreram a votar, tendo-se verificado em muitos locais forte pressão das forças reacçãoárias.

No distrito de Faro, em Vila Real de Santo António, freguesia de Cuameira, caciques do PPD e do CDS intimidaram a população, na mesa da assembleia, a votarem nos respectivos partidos.

NO PORTO E LISBOA, MRPP FAZ MANIFESTAÇÕES SIMBÓLICAS

Em alguns concelhos da capital norte-nordeste o acto eleitoral foi também assinalado por vários incidentes provocatórios, lesivos da liberdade que deveria presidir à tomada de decisão das massas populares.

Assim, às primeiras horas do dia 25 verificaram-se compras suspeitas de emblemas do MDP/CDE por indivíduos que se dirigiam posterior-

pediam ajuda aos elementos das mesas de voto perguntando qual era o partido «da St.ª Madre Igreja (aquele que apontava para o céu)»!!!

De assinalar, também, em várias mesas de voto, a presença de elementos da ex-ANP, como aconteceu em Magrelos, concelho de Marco de Canaveses, onde se encontrava Abílio Carneiro Ferraz, que se identificou como tal. Igualmente em Aveleda — Lousada — se encontrava na mesa um membro da ex-ANP. Quando o delegado do nosso Partido nesta freguesia protestou e solicitou a retirada imediata do referido elemento da mesa de voto, os restantes elementos não atenderam o pedido, alegando que não tinham ninguém para o substituir.

Em Penafiel, registaram-se também várias irregularidades, chegando a haver anulação de votos, dado que a mesa detectou indivíduos a darem indicações quanto ao partido que os votantes deviam escolher.

Na freguesia de Tabuada, Marco de Canaveses, foi interceptado um eleitor quando se preparava para votar por trazer um panfleto do PPD. Em Anarante, um senhorio foi vo-

pidamente silenciado por espontânea manifestação de populares que gritaram bem alto o apoio do povo português ao MFA.

Contudo, esses contra-revolucionários não deixaram de tentar boicotar o acto eleitoral em várias freguesias de Lisboa. Em Alcântara, por exemplo, junto às secções de voto instaladas na Escola Fonseca Benevides, andaram a espalhar panfletos que aconselhavam a população a não votar. Assinala-se que a atitude dos populares foi do mais completo desprezo.

Também na Amadora elementos daquele grupelho distribuíram panfletos. O MFA prendeu quatro desses reacçãoários, que na estação provocaram desacatos com populares que previam dirigir-se para as assembleias de voto. Os próprios populares chegaram mesmo a agredi-los, tal a intensidade que atingiram as provocações.

Os factos que aqui deixamos falar por si.

ASSIM SE VÊ A FORÇA DO PC!

O discurso do camarada Álvaro Cunhal no imponente comício do Estádio 1.º de Maio no último dia da campanha constitui um importante documento, decisivo para a compreensão da posição do nosso Partido perante a situação política actual e as perspectivas da Revolução portuguesa

Jactos de luz varrem a tribuna. Iluminam um friso de homens e mulheres. Os perfis, os rostos, os punhos erguidos parecem recortados no vermelho das faixas e bandeiras. São comunistas. Dirigentes do Partido Comunista Português. Muitos eram candidatos à Constituinte. Hoje são deputados do povo!

23 de Abril de 1975. Antevéspera das eleições, no Estádio 1.º de Maio. O maior comício a que Portugal já assistiu.

«Assim se vê a força do PC!»

O clamor sobe do mar de cabeças, dá a volta ao Estádio, vem de todos os lados. Pela noite adiante. O

A fraternidade comunista

Na noite enluarada, o Estádio é um tapete ondulante, um campo vermelho em que milhares de bandeiras apontam para o alto. A festa é grande demais para o recinto. Um rio vermelho segue pela Av. do Rio de Janeiro, alastra pela Av. dos Estados Unidos, invade a Av. de Roma, recebe o caudal humano vindo de travessas, onde se comprimem trabalhadores que não conseguiram chegar aos portões.

Há peitos que são autênticas constelações de autocolantes comunistas. Um só não basta. Não se

canta em coro a canção da fraternidade: «a «Grândola, Vila Morena». A banda já tocou uma, duas, três vezes o «Avante Camarada». As vozes de todos os camaradas já se haviam juntado, fundido no mesmo clamor.

«Nunca imaginei que assistiria a uma coisa destas na minha vida», diz um repórter japonês. «Se o povo de Tóquio pudesse ver isto. Que povo, que Revolução, que Partido!»

Os trabalhadores ondulam como os trigais do Alentejo nesta primavera da reforma agrária. Grândola é o 25 de Abril, a liberdade reconquistada, os cravos na boca das metra-

cado político. A alegria é a mesma e o entusiasmo cresce de momento a momento. Mas já não há interrupções para cantar, a banda não toca agora o «Avante Camarada!»

Mais de 250 000 comunistas percebem que as palavras que ouvem os colocam perante a Revolução no que ela tem de desafio a um tempo decisivo e empolgante. É um discurso que faz história. Numa linguagem simples, carregada de ideologia. Numa linguagem que situa cada militante em face da sua própria responsabilidade e das responsabilidades do seu Partido, do povo trabalhador.

A análise do comportamento da reacção é escutada em profundo silêncio. Ela «já não está — ouve-se — EM CONDIÇÕES DE SÓ COM AS SUAS FORÇAS INTERNAS IMPEDIR O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO.» É a análise de uma situação que implica a mudança de uma postura defensiva para uma atitude de vigilância ofensiva, para «matar no ovo» todas as manobras e conspirações futuras dos inimigos da democracia.

A crítica a Galvão de Melo, «um general que declara que prepararia melhor um golpe do que aquele que foi tentado», leva a um improviso. O povo apupa o nome do general reaccionário, pede a sua prisão. O camarada Álvaro ridiculariza-o, lembrando «uma coisa acerta» por ele dita: seria do MRPP se tivesse 18 anos...

Um trabalhador do Barreiro, muito sério, explica a um grupo de camaradas: «Vocês vêm como a história avança. Isto é o processo revolucionário. Uma etapa que ficou para trás. Em Maio Galvão de Melo aparecia na TV com insolência, falava em nome da

Junta, fazia ameaças com o apoio de Spínola. Hoje é denunciado aqui como um reaccionário, o povo pede a sua prisão. Continua a odiar o nosso Partido. Mas Spínola está no Brasil, o nosso Partido continua no Governo e a aliança das massas com o MFA é mais firme do que nunca. Galvão é o retrato do reaccionário que não soube honrar a farda, o retrato da reacção batida, mas desesperada. Mas não podemos subestimá-la.»

O compromisso histórico do PCP e os compromissos dos outros

Entre a multidão, a cada pausa, os comentários fervilham. Principalmente quando o camarada Álvaro Cunhal denuncia a «monumental mentira histórica lançada pelo PS»: a tentativa de mostrar que o 11 de Março foi uma vitória sua.

Um operário de Sacavém aponta um avião que passa e diz: «Eu estava no RAL 1 quando eles vieram de Tancos. Assisti a tudo. Vi lá o camarada Dias Lourenço, vi destacados membros do nosso Partido, milhares de militantes comunistas. Mas não vi a cara de um socialista. Que raio de vitória, se só à noite eles decidiram aparecer.»

«Este é um comício diferente, malta — grita um jovem da UEC. — Uma análise política transformada em diálogo. O camarada Álvaro fala, mas todos nós, calados, estamos falando com ele. É todo o problema da correlação de forças, do oportunismo dos partidos burgueses, tudo o que estudamos em Marx e Lenine sobre o assunto, trazido aqui em termos de denún-

cia de uma política de classe de forças politicamente democráticas, mas que lutam para travar o avanço da Revolução.»

O comentário segue-se à revelação do «compromisso histórico», ou «pacto do progresso», que o PPD e o PS propunham e queriam ver estabelecido entre as forças democráticas e os grupos monopolistas e os grandes agrários.

As bandeiras ficam quietas. Todos se imobilizam no Estádio. Ninguém quer perder uma palavra. E a voz do camarada Álvaro Cunhal soa com uma nitidez extraordinária, espalhando as sílabas: «Essas formações políticas, de costas voltadas para a classe operária e para as massas populares, queriam estabelecer um compromisso com os senhores do capital e da terra contra o povo trabalhador. Queriam um regime de democracia burguesa, onde o povo tivesse a liberdade de protestar contra a exploração e onde os monopólios continuassem a ter, como dantes, a liberdade de explorar os trabalhadores. O PCP disse NÃO a um tal projecto político...»

É talvez a mais prolongada, a mais poderosa ovação da noite. As bandeiras tremulam, entrelaçam-se numa tempestade de beleza. O antigo estádio construído pelo fascismo é todo ele uma fortaleza comunista, um oceano vermelho do qual sobe o calor da força e da unidade do Partido, da vanguarda revolucionária organizada dos trabalhadores. É um minuto que define uma campanha, que reflecte a coerência, a vontade revolucionária de um Partido que não se desvia do seu Programa, que tem um compromisso histórico e um pacto assinado no dia da sua fundação, há mais

de meio século. «Foi o compromisso assumido perante a classe operária, perante as massas trabalhadoras, perante os seus aliados sociais, de lutar sempre e infatigavelmente para pôr fim à dominação e subjugação do povo pelos senhores do capital e da terra, para pôr fim, numa vez para sempre, na nossa querida Pátria, à exploração do homem pelo homem, para edificar em Portugal uma sociedade socialista.»

O camarada Álvaro Cunhal pede silêncio. O tempo corre e faltam poucos minutos para o encerramento legal da campanha. É a única forma de conter a torrente de aclamações, os vivas ao PCP e ao MFA, os «abaixo a reacção!» Mas a disciplina revolucionária dos comunistas, como sempre, funciona. Estabelece-se silêncio. O pacto dos comunistas, a fidelidade à missão histórica do proletariado, está no peito de cada militante. Todos desejam transformar em clamor os sentimentos profundos que as palavras do camarada Álvaro Cunhal fizeram vir à tona ao longo da noite inesquecível, ac longo de um discurso que, sendo história, é uma resposta comunista às manobras da burguesia.

«Ai que pena, eu tenho de que isto não possa ser publicado amanhã pelos jornais», desabafa um velho militante de uma organização de Vila Franca. «Poderíamos ganhar mais 100 000 votos se o povo tomasse conhecimento, antes de votar, de tudo o que ele disse.»

«Não somos um partido eleitoral — responde outro — Não caçamos votos. Somos o Partido Comunista. Nisso, camarada, como em tudo o mais, somos diferentes dos partidos burgueses.»

A caminho do socialismo

As últimas palavras são de firme confiança no futuro. A confiança permanente dos comunistas e do seu Partido. A confiança dos fortes, daqueles que estão com o povo e com a história.

E o comício finda como havia principiado. Em beleza. Com canções, com vivas. Com as três letras repetidas em coro: PCP! PCP! PCP! A massa, dentro e fora do Estádio, canta o «Avante Camarada!» Canta a Internacional. Canta o Hino Nacional. E canta outras canções, forjadas pelo povo na luta contra o fascismo. Canções que o nosso Partido levou ao fundo das minas, aos campos, aos estaleiros, às fábricas, aos portos, aos soldados que partiam para a guerra colonial, aos emigrantes que deixavam Portugal.

Os trabalhadores comunistas, combatentes de batalhas sem conta pela liberdade e pela democracia, vitoriosos no 28 de Setembro, no 11 de Março saudam a direcção do nosso Partido, saudam os deputados do povo. E dão meia volta lenta. As bandeiras giram nas suas mãos fortes. A floresta vermelha torna-se pouco a pouco menos densa, alonga-se, espalha-se fora do Estádio.

Lisboa fica rubra durante horas. Madrugada alta, as nossas bandeiras tremulavam ainda por toda a cidade, percorrida por colinas de manifestantes.

Foi o maior comício da história de Portugal. Um comício diferente de tudo o que se havia visto. Um comício comunista.

Dissemos que iríamos para a frente. E fomos. E continuaremos. A caminho do socialismo.



clamor é também a alegria, a confiança, a serena força de um Partido que sabe qual a sua missão histórica. É a vanguarda da Revolução.

«Em Maio éramos 15 000 no Pavilhão dos Desportos; em Julho, 40 000 no Campo Pequeno; no começo da campanha, 100 000 aqui; agora somos muito mais do dobro...»

Um comentário entre milhares. O povo escuta e fala, aplaude, canta, exprime o que leva dentro. É um comício comunista, uma noite em que cada trabalhador, cada militante, sente que aquilo é história, que as palavras que descem claras e fortes da tribuna explicam o que todos, unidos, fizeram, no passado e desde o 25 de Abril, apontam o caminho que todos, ainda mais unidos, se preparam para abrir.

Falam Alda Nogueira, José Pedro Soares, Rogério Paulo, Zita Seabra. Intervenções que são a imagem e o fecho de uma campanha comunista, uma campanha exemplar, diferente das demais, a primeira campanha eleitoral do nosso Partido. Cada frase é uma ovação, um vendaval de punhos erguidos. Os nossos camaradas falam aos trabalhadores, às mulheres, aos intelectuais, à juventude, aos estudantes, aos militantes comunistas, ao povo português. Falam da luta dos comunistas contra o fascismo, das derrotas infligidas à reacção, do combate fraternal ao lado do MFA, da campanha dos deputados do povo, das tarefas do presente, de um amanhã de paz, prosperidade e progresso. Falam como comunistas.

trata apenas de contribuir para a campanha de fundos do Partido. É o orgulho da condição de comunista, a certeza da vitória, a alegria de proclamar o voto PCP, a fusão total com o Partido, o entusiasmo de carregar o Partido dentro.

Quando o camarada Jerónimo de Sousa toma a palavra, a voz da classe operária cobre o Estádio. A voz de um metalúrgico. A intervenção sóbria, revolucionária, plena de força de um trabalhador comunista que traz das fábricas a tranquila certeza no triunfo do proletariado português. «Isto vai, camaradas.» A caminho do socialismo!

PCP! PCP! PCP! PCP! PCP!

As três letras que formam a mais curta, a mais sentida, a mais vibrante das palavras de ordem ribombam a cada instante, exprimem a profunda identificação dos trabalhadores com o seu Partido.

O povo canta. O PCP canta, vai a reacção, dá vivas ao MFA e à sua aliança com o movimento de massas.

Estabeleceu-se silêncio quando se anuncia a chegada de mais um deputado do povo: o camarada Álvaro Cunhal. Logo explodem fogos de artifício, todo o Estádio explode numa ovação carinhosa, interminável. Do céu estrelado descem pétalas douradas e vermelhas sobre as bandeiras e as cabeças, sobre as estrelas, as foices e os martelos das rubras bandeiras comunistas. A floresta de braços e punhos agita-se.

Os reflectores iluminam novamente a tribuna. A distância desaparece. Ninguém a sente. É a fraternidade comunista. E o povo

lhadoras e dos canhões, a alvorada da Revolução comemorada um ano depois. E é também o laço revolucionário entre os trabalhadores da cidade em luta contra os monopólios e os trabalhadores do campo na batalha contra o latifundiário. Da tribuna aos portões, a massa balança no ritmo da canção heróica. O ontem entra pelo futuro. Grândola é também a presença do Alentejo vermelho, comunista. É a lembrança de Catarina, o povo sem terra, de Pias ao Garvão, de Aljustrel a Aldeia Nova. São as vilas e aldeias dos bastiões comunistas da margem esquerda do Guadiana. É Moura, é Serpa, é Mertola!

Fazer história explicar a história

O silêncio envolve as primeiras palavras de saudação do camarada Álvaro Cunhal.

A multidão, inicialmente, ouve o que esperava. O secretário-geral do nosso Partido faz o balanço da campanha, da luta permanente, da confiança dos comunistas, alude à imensa potencialidade revolucionária das massas populares. Pulveriza calúnias, recorda que o PCP sempre, desde os tempos da clandestinidade, se bateu por eleições livres, por uma democracia construída pelo próprio povo, pelas mais amplas liberdades. Não há surpresas, nem quando se refere, com precisão inovadora, às duas componentes da reacção: a direita e o esquerdismo.

Mas a atmosfera do comício muda de repente quando a massa se dá conta de que a intervenção de encerramento da campanha tem um alto signifi-



PORTUGAL DEMOCRÁTICO A CAMINHO DO SOCIALISMO



Camaradas:
Depois de amanhã, o 25 de Abril será a dois títulos um dia de alto significado para o nosso povo.

Será o dia das eleições, as primeiras eleições livres que o povo português pode realizar desde há cinquenta anos, para não dizer desde sempre.

Será também o dia em que comemoramos uma data histórica, a data em que o glorioso Movimento das Forças Armadas derrubou a ditadura fascista e instaurou as liberdades.

Esta dupla comemoração tem mais do que o valor de um símbolo. Ela lembra que, embora concorram às eleições apenas os partidos políticos, o MFA continua a ser uma força de capital importância na vida política nacional.

Ela lembra que as eleições se inserem, como uma parte, num complexo processo revolucionário e que são, não o momento de decisão do futuro da revolução, mas uma expressão e um momento da própria revolução.

1 – As eleições, um acontecimento histórico

O povo português pode considerar justamente a realização das eleições no próximo dia 25 como uma grande vitória.

O próprio facto de se realizarem eleições e a campanha entusiástica e apaixonada que agora acaba constituem um índice da vitalidade e da confiança em si própria da nossa jovem democracia.

A campanha, só por si, foi já uma grande acção de massas. A campanha do PCP, dos candidatos comunistas deputados do povo, confirma a autoridade e prestígio do Partido Comunista Português, o amplo apoio popular de que goza e a confiança dos trabalhadores no Partido que há longos anos se afirmou como a sua indiscutível vanguarda revolucionária.

A campanha revelou a entrada na luta de muitas dezenas de milhares de novos militantes comunistas e de centenas e centenas de milhares de trabalhadores, de portugueses e portugueses que orçam firmemente na possibilidade de construir um Portugal novo e melhor.

A campanha termina num ambiente de luta tensa e cerrada. Mas também de alegria e confiança. Temos razões para essa alegria e confiança. Apesar das dificuldades e da dureza das batalhas que nos espere, a campanha do PCP, só por si, confirma a imensa potencialidade revolucionária das massas populares.

Desde o 25 de Abril, os nossos inimigos e adversários têm afirmado que o PCP é contrário à realização de eleições. Todos sabemos que se trata de uma mentira, como mil e uma outras mentiras lançadas pela campanha anticomunista. A realização de eleições livres para a Assembleia Constituinte ora de há muito um dos objectivos centrais definidos no Programa do PCP para a revolução democrática e nacional. Defendemo-lo depois do 25 de Abril, como defendemos antes, a realização das eleições.

Eleições, mas eleições livres. Eleições livres significa eleições realizadas em condições de liberdade, com informação livre, com propaganda livre, com livres reuniões, com sessões livres, com exercício das liberdades democráticas por todos os portugueses que respeitem as liberdades. Tais condições foram asseguradas na maior parte do País. A própria campanha desmentiu os caluniadores da nossa jovem democracia que cá dentro e lá fora espalham que em Portugal não existem liberdades democráticas. A campanha mostrou que em nenhum outro país da Europa capitalista existem tão amplas liberdades como no Portugal de hoje.

A campanha eleitoral comprovou, porém, ao mesmo tempo, que há ainda numerosas regiões do País onde não chegou o 25 de Abril. Há vilas e aldeias onde a reacção explora, oprime, mantém na ignorância, engana, coage e intimida as populações.

As forças reacçãoárias conseguiram impedir a campanha eleitoral em numerosas localidades. Os boicotes a sessões de esclarecimento, as agressões, as expedições punitivas, as facadas e os tiros tornaram-se prática corrente da reacção durante a campanha eleitoral. O PCP tinha declarado já antes, e confirma novamente, que contesta o significado do voto nas regiões e localidades onde pela acção reacçãoária a campanha eleitoral não pôde ter lugar em condições de liberdade.

Ao longo dos meses, a reacção e elementos oportunistas de toda a espécie afirmaram que o PCP tinha medo das eleições, tinha medo dos resultados das eleições. Parece porém que, à medida que a campanha decorre, é a reacção, nas suas duas componentes da direita e do esquerdismo, que mostra sinais de intranquilidade e insegurança. Por isso mesmo multiplica as provocações ou anuncia a proibição do boicote.

Nos sabemos por experiência própria, desde 25 de Abril, que, quando a reacção acusa o PCP de querer preparar qualquer golpe baixo contra a democracia, é porque ela, a reacção, o está preparando.

Só a reacção está interessada em perturbar o normal desenvolvimento das operações eleitorais.

O povo português está interessado em que as eleições tenham lugar num ambiente de tranquilidade, de serena confiança e de civismo, dignos do novo Portugal democrático que estamos construindo.

Estas eleições têm, é certo, um alcance limitado e preciso: a elaboração da nova Constituição. Dado o acordo assinado entre o MFA e a maior parte dos partidos, as linhas gerais da Constituição estão já definidas de acordo. Entretanto, os resultados das eleições, pelo quadro geral da influência política dos partidos, terão sem dúvida grande significado.

Alguns preparam à pressa cozinheiros eleitorais que só diminuirão a validade dos resultados. Partidos da direita ao serviço da reacção e formações que pescam em águas turvas, depois de turvarem as águas na campanha, procuram um bom resultado eleitoral para com ele contestarem o processo revolucionário e tentarem pôr em causa o MFA. Aparecem à última hora alianças eleitorais contranatura de forças conservadoras com elementos ultra-revolucionários, alianças baseadas no ódio ao PCP, ao movimento operário, às forças progressistas, ao MFA, e na contestação do processo revolucionário.

Com uma grande votação no PCP, o PCP não tem vista obter condições para rever seja que aspecto for da sua orientação. Visa sim reforçar com tal resultado a intervenção popular no processo revolucionário, o apoio popular às forças progressistas e ao MFA.

Esse resultado é necessário, porque a reacção ainda é forte e continua conspirando.

2 – Há força bastante para derrotar a reacção

A reacção não desarma. Na medida em que avança o processo revolucionário, na medida em que são tocados a própria estrutura do capitalismo monopolista e o poder económico dos monopólios e latifundiários, na medida em que não só se esvaem as esperanças de um regresso ao passado fascista, como se esvaem as esperanças da instauração de um regime de democracia política sem democracia económica e social, tem de contar-se com uma resistência mais viva e mais obstinada da parte das classes parasitárias e dos seus agentes.

Na medida em que vão falhando as várias tentativas de golpes contra-revolucionários para sufocar a liberdade, os métodos e as formas de acção utilizados pela reacção vão-se tornando mais desesperados.

O povo português, as forças revolucionárias, não podem abrandar a vigilância e têm de apertar-se para fazer face, frente se necessário, a novas ofensivas e tentativas da reacção.

Temos de nos preparar, com a acção das massas populares em aliança com o MFA, para fazer frente a novas tentativas de golpes e actos de provocação, mesmo de terrorismo, a que podem ser levadas pelo desespero as forças reacçãoárias, na medida em que perdem dia a dia as perspectivas de fazer regressar Portugal ao passado fascista.

Será tão perigoso sobrestimar como subestimar a força da reacção.

Perigoso subestimar, porque a reacção tem ainda posições no aparelho do Estado, tem dinheiro, tem complicitades, tem poderosas ajudas externas. Perigoso sobrestimar porque a reacção já não está em condições de, só com as suas forças internas, impedir o prosseguimento do processo revolucionário.

A subestimação da força da reacção levaria a afrouxar a vigilância, a não tomar as medidas necessárias no momento necessário. A sobres-

timação da força da reacção diminuiria a confiança nas forças progressistas e seria portanto um entrave a uma política progressista.

Uma apreciação muito objectiva nos deve guiar: a reacção representa ainda um sério perigo, mas a revolução portuguesa está em condições de lhe fazer frente e de derrotar quaisquer novas tentativas que venha a empreender.

Não basta, porém, a preparação para se aparar o golpe do inimigo. Até hoje, desde o 25 de Abril, as grandes vitórias sobre a reacção foram alcançadas na resposta às tentativas de golpe contra-revolucionário já em plena execução. Em determinadas circunstâncias pode entretanto ser extremamente perigoso deixar que o golpe seja desferido para só depois lhe dar a resposta. Nas novas condições que se criaram após o 11 de Março, consideramos que, de uma maneira geral, é necessária e é possível a antecipação à iniciativa do inimigo e matar no ovo as suas conspirações.

É necessário e é possível impedir o desenvolvimento das ofensivas reacçãoárias, desarticulando no momento devido as acções e actividades que as preparam.

É necessário e é possível criar condições de deterioração da situação política. Combater firmemente as campanhas anticomunistas, as campanhas anti-MFA, a sabotagem económica. Combater a agudização de conflitos sociais, designadamente a perturbação da vida económica através de greves que no momento não se justificam. Combater aventuras sangrentas em Angola e Moçambique, a utilização na vida política de brutalidades, agressões, golpes de mão e provocações, actos e actividades estas que (venham donde vierem, venham de organizações fascistas clandestinas ou venham de partidos e outras organizações legais, venham da direita ou duma pseudo-esquerda ultra-revolucionária), se inserem, como a experiência desde o 25 de Abril claramente demonstra, nas grandes manobras políticas preparatórias de golpes contra-revolucionários.

É necessário e é possível criar condições de organização, de quadros e de recursos para acompanhar, detectar, descobrir, desmascarar e punir as actividades contra-revolucionárias.

As mais amplas liberdades devem ser respeitadas. Mas não deve ser consentido que se conspire à sombra das liberdades.

Se, por exemplo, um general declara que prepararia melhor um golpe do que aquele que foi tentado no 11 de Março, esse publicamente anuncia que poderá vir a ser a cabeça de um tal golpe contra-revolucionário, não há que esperar que venha um dia demonstrar os seus talentos golpistas e a concretizar as suas intenções. É necessário responsabilizá-lo, a ele e a todos os que façam o mesmo, pelas palavras proferidas. Trata-se, não de cortar a liberdade de palavra a quem quer que seja, mas de impedir atitudes, apelos e actividades contra-revolucionárias.

(Gritos: «Galvão para a prisão! Galvão para a prisão!»)

Se não conspirar, não vai. Mas, se conspirar, vai mesmo.

Nestas actividades temos de incluir certos grupos pseudo-revolucionários que outra coisa não fazem do que provocações de puro estilo fascista contra a situação democrática, contra o PCP, contra o movimento operário, contra o movimento democrático, contra o MFA.

Sabemos que há partidos da coligação que apoiam estes grupos e que nos próprios comícios lhes emprestam os microfones para espalhar as suas provocações.

(Gritos: «O povo não quer fascistas no poder!»)

Nos, naturalmente, camaradas, estamos todos de acordo com o que acaba de ser dito. Mas é necessário saber distinguir fascistas de oportunistas e saber distinguir oportunistas de aliados vacilantes, condicionais, e que devem ser atraídos ao processo revolucionário. É evidente que quando alguns partidos da coligação cooperam com forças que expressamente dizem estar contra o processo revolucionário em curso, podemos dizer que isto não é cooperação democrática. Isto é cooperação reacçãoária.

O general Galvão de Melo, candidato do CDS, disse uma coisa acertada: se tivesse 18 anos, seria do MRPP. Na verdade é a mesma mentalidade, a definição do mesmo inimigo e do mesmo objectivo.

A direita reacçãoária e certos grupos esquerdistas pseudo-revolucionários fazem já parte da mesma família – a Santa Aliança anticomunista, antidemocrática e contra-revolucionária. Merecem igual tratamento.

Hoje, nas vésperas das eleições, devemos estar particularmente atentos às actividades contra-revolucionárias.

E de esperar que os fascistas, a direita contra-revolucionária, grupos esquerdistas que disfarçam a sua impotência em baulho e farrona, e mesmo partidos que se dizem democráticos e que na sua actividade diária mostram estar contra a democracia, queiram perturbar estes dias de eleições com provocações e incidentes.

Em toda a parte, as forças democráticas e as massas populares, junto com as forças armadas, devem assegurar a normalidade do acto eleitoral, impedindo quaisquer provocações, respondendo a quaisquer tentativas de perturbar ou impedir, seja onde for, a realização de eleições.

É necessário que, nestes dias, o povo esteja particularmente atento, vigilante e pronto a intervir em defesa das liberdades.

A reacção perdeu as várias batalhas que desde o 25 de Abril provocou contra a nossa jovem democracia. Na rua, no dia 25 de Abril, as massas populares, procurando a cooperação com o MFA, devem assegurar a manutenção da ordem democrática.

A reacção perderá também a batalha das eleições. Contra a vontade da reacção, elas irão realizar-se, mostrando claramente que a democracia portuguesa respira, vive com confiança, é construída pelo nosso próprio povo.

3 – Por um Portugal democrático com as mais amplas liberdades

Desde o 25 de Abril coloca-se a questão de saber que regime vamos instaurar em Portugal, que Portugal democrático vamos construir.

A luta política que se tem travado desde o 25 de Abril gira, na sua essência, em torno desta questão de capital importância.

Não é questão que se resolva numa discussão ou debate, embora a discussão e o debate contribuam para a resolver. É a própria luta de classes, a luta entre as forças retrógradas e conservadoras de um lado e as forças do progresso social do outro, a luta entre as forças do passado e as forças do futuro, que decidirá do futuro Portugal democrático.

O Partido Comunista Português tem lutado infatigavelmente para que o futuro Portugal democrático tenha duas características essenciais: as mais amplas liberdades democráticas e transformações económicas e sociais profundas, assegurando que os recursos nacionais e o produto do trabalho se destinem ao bem-estar do nosso próprio povo.

Lutamos por um Portugal democrático em que sejam reconhecidas e asseguradas a liberdade de imprensa, a liberdade de formação e actividade de partidos políticos, a liberdade de reunião, o direito à greve e a liberdade sindical, que nas actuais condições portuguesas só pode ser assegurada pela unidade e não pelo chamado «pluralismo sindical», que eliminaria a liberdade sindical, tornando os sindicatos meros instrumentos de partidos políticos que neles exercessem a sua tutela.

O PCP luta também firmemente para que seja escrupulosamente observada a liberdade religiosa e para que seja assegurado o direito de todos os portugueses professarem a crença e praticarem o culto que entenderem. Opomo-nos a quaisquer actividades ou actos que possam ferir os sentimentos religiosos dos crentes.

O 25 de Abril deu à Igreja portuguesa, que ao longo de dezenas de anos se comprometera gravemente com a ditadura fascista, a oportunidade histórica de se aproximar do povo português, das suas ansiedades, dos seus problemas e dos seus objectivos, e de acompanhar com o interesse e até com uma atitude de cooperação a construção do novo Portugal democrático.

Vemos com apreensão que alguns altos dignitários preferem seguir as más tradições de intervenção reacçãoária na política, e desejaríamos que medidas e iniciativas apropriadas da Igreja permitissem ainda que a referida oportunidade histórica não seja desperdiçada.

A luta por um regime de liberdade é uma constante da actividade do PCP há já muitos anos. Outros democratas travaram também, sem dúvida, no tempo do fascismo, uma luta corajosa pela liberdade. Mas certamente nenhuns outros mais que os comunistas pagaram duramente com a própria liberdade, quando não com a vida, a luta pela liberdade do nosso povo.

Há, porém, forças políticas que pretendem agora enganar o povo português, afirmando que o PCP não quer as liberdades, que quer instaurar (e segundo alguns já instaurou) uma nova ditadura, uma ditadura de esquerda.

E isto obriga a dizer alguma coisa mais sobre a matéria. Em primeiro lugar, deve salientar-se que, desde o 25 de Abril, a única ameaça da ditadura tem vindo da direita, e por diversas vezes, essa ameaça foi real e pôs em perigo iminente as liberdades.

Quando, num tal situação, o PPD e o PS afirmavam e proclamavam que não existia perigo de um golpe de direita e apontavam para o perigo

de um golpe da esquerda, amorteciam a vigilância popular, davam força à acção política e às conspirações reacçãoárias e abriam efectivamente caminho ao golpe da direita.

Nesses momentos de perigo para as liberdades, para o movimento popular, para as forças democráticas, para o MFA – na crise de Junho, no 28 de Setembro, no 11 de Março e noutros momentos menos conhecidos –, o PCP mobilizou imediatamente as suas forças e as massas populares, fez frente ao perigo, ligou a sua sorte à sorte dos «capitães» do 25 de Abril e (enquanto outros conspiravam com a direita ou esperavam ver para que lado paravam as modas) o PCP arriscou a sua própria existência na luta pela liberdade.

Que faziam os outros partidos da coligação? O PPD cooperou estreitamente na tentativa do golpe de Palma Carlos-Spinola do mês de Junho de 1974 através do seu secretário-geral, e estabelecia nessa mesma altura, por intermédio do seu secretário-adjunto, correspondência amistosa com o Partido Liberal, que se encontrava metido em cheio na conspiração. Na preparação da ofensiva da «maioria silenciosa», o PPD apoiou publicamente no dia 12 de Setembro o apelo contra-revolucionário do general Spínola feito no seu discurso provocatório do dia 10. Quanto ao 11 de Março, o PPD tem fortes responsabilidades na preparação das condições políticas para a nova tentativa de golpe.

Não se pode também aceitar em silêncio a monumental mentira histórica lançada hoje mesmo pelo Partido Socialista para mostrar que o 11 de Março foi uma vitória sua, quando pela sua política, pela sua campanha anticomunista, pela sua intriga anti-MFA, pela sua campanha alarmista no estrangeiro contra a situação democrática, pelas suas ligações anteriores com conspiradores, tem grave responsabilidade na criação das condições políticas preparatórias da tentativa do golpe do 11 de Março.

O Relatório Preliminar sobre o golpe contra-revolucionário de 11 de Março que acaba de ser publicado comprova a justeza da análise que o PCP fez da situação política anterior, do envolvimento directo ou resista e psicológico, interno e externo, para o golpe.

No mesmo momento em que o PCP alertava contra o perigo da conspiração da direita reacçãoária, o PS alertava, no nosso país e no estrangeiro, contra aquilo que chamava um golpe do PCP e de militares que, segundo o PS, faria correr ao país o perigo da guerra civil.

No mesmo momento em que o PCP mobilizava as massas trabalhadoras na luta contra a reacção e em apoio do MFA, partidos da coligação faziam coro com a reacção e desenvolviam uma intensa campanha anticomunista e anti-MFA.

Esta é a verdade histórica que não pode ser destruída por declarações de última hora, em que, como se tem visto repetidas vezes, se põem em bicos dos pés, empunhando a bandeira da vitória, aqueles mesmos que pouco ou nada fizeram para essa mesma vitória, antes contribuíram directa ou indirectamente para a ofensiva dos inimigos da liberdade.

Pelo que viveu, pelo que lutou, pelo que sofreu, o PCP, mais do que qualquer outra força política, está em condições de dar o valor às liberdades.

O povo confia no seu partido. Hoje como sempre, o PCP não poupa esforços nem energias e está pronto a quaisquer sacrifícios, se necessário, em defesa das liberdades alcançadas desde o 25 de Abril, na luta pela construção de um Portugal democrático, em que sejam reconhecidas e asseguradas ao nosso povo as mais amplas liberdades.

4 – Por um Portugal democrático a caminho do socialismo

A segunda característica essencial que, segundo o PCP, deve ter a futura democracia portuguesa é a abolição do poder dos monopólios e dos latifundiários e profundas transformações económicas e sociais em benefício do povo português. Queremos não só uma democracia política, mas também uma democracia económica e social.

Esta questão não é de menor importância que a questão da liberdade e acerca dela a divergência de opiniões e o combate político agudizaram-se extraordinariamente quando foi necessário tomar decisões.

Desde o 25 de Abril até ao 11 de Março, vários partidos, incluindo dois partidos da coligação – o PPD e o PS –, defenderam que se deveria estabelecer o que (copiando expressões estrangeiras) intitulavam por vezes um «compromisso histórico» ou um «Pacto de Progresso». Seria um compromisso ou um pacto estabelecido entre as forças democráticas dum lado e os grupos monopolistas e os grandes agrários do outro, compromisso ou pacto segundo o qual os senhores do capital e da terra se comprometeriam a aceitar a democracia, a investir capitais e a cultivar a terra, e as forças democráticas se comprometeriam a aceitar o poder económico dos monopólios e dos latifundiários.

Por outras palavras: essas formações políticas, de costas voltadas para a classe operária e para as massas populares, queriam estabelecer um compromisso com os senhores do capital e da terra contra o povo trabalhador.

Queriam um regime de democracia burguesa, onde o povo tivesse a liberdade de protestar contra a exploração e onde os monopólios continuassem a ter como dantes a liberdade de explorar.

O PCP disse «não» a um tal projecto político. No Congresso Extraordinário do PCP realizado em 20 de Outubro de 1974, o PCP claramente afirmou: Em Portugal não só não é desejável, como não seria objectivamente possível instaurar uma democracia burguesa. Em Portugal monopólios e democracia são incompatíveis e inconciliáveis.

A alternativa é clara: ou o poder económico dos monopólios e o desenvolvimento económico no quadro do capitalismo monopolista – e isso significaria a perda das liberdades democráticas e a instauração de uma nova ditadura, – ou as liberdades democráticas, a construção de uma democracia – e isso exige a liquidação do poder dos monopólios e dos latifundiários.

Para o PCP a questão era e é completamente clara: ou destruímos definitivamente o poder económico dos monopólios e dos latifundiários, ou eles acabarão por destruir as nossas liberdades e acabarão por reconduzir Portugal a uma ditadura terrorista.

O nosso Partido afirmou ao longo desta campanha que agora termina e agora solenemente o repete: O PCP tem um compromisso histórico e um pacto histórico. Assinou-o há muito. Assinou-o no próprio dia da sua fundação há mais de meio século. Foi o compromisso assumido perante a classe operária, perante as massas trabalhadoras, perante os seus aliados sociais, de lutar sempre e infatigavelmente na defesa dos interesses dos trabalhadores e das massas populares, de lutar sempre e infatigavelmente para pôr fim à dominação e subjugação do povo pelos senhores do capital e da terra, para pôr fim numa vez para sempre na nossa pátria à exploração do homem pelo homem, para edificar em Portugal uma sociedade socialista.

Esse o nosso pacto, o nosso compromisso de natureza histórica, porque pôr fim à exploração capitalista e construir uma sociedade sem classes é a missão histórica do proletariado e da sua vanguarda revolucionária.

A luta do PCP ao longo dos cinquenta e quatro anos da sua existência, antes do 25 de Abril e depois do 25 de Abril, tem comprovado que tem cumprido com honra um tal compromisso.

Os factos, os acontecimentos, comprovaram que a análise do PCP acerca da situação portuguesa era inteiramente justa.

Os grupos monopolistas e os senhores da terra voltaram-se abertamente contra a nova situação democrática. Desorganizaram o sistema de crédito e amplos sectores industriais. Exportaram ilegalmente e destruíram colheitas. Despediram sem justa causa nas fábricas e nos campos dezenas de milhares de trabalhadores. Através da sabotagem económica, a que se juntava o financiamento da conspiração contra-revolucionária, procuraram criar dificuldades insuperáveis, criar condições propícias à contra-revolução, afogar finalmente em fome e em sangue a nossa jovem democracia.

Uma firme luta antimonopolista e antilatifundista tornou-se uma questão de vida ou de morte, no campo político e no campo económico. Para salvar o país duma profunda crise económica e política, que poderia conduzi-lo à catástrofe, para assegurar a sobrevivência das liberdades, para abrir caminho à criação de uma base sólida para o melhoramento das condições de vida das classes trabalhadoras e do povo em geral, a liquidação do poder dos monopólios e dos latifundiários pôs-se na ordem do dia.

A derrota da tentativa de golpe contra-revolucionário do 11 de Março acelerou o processo revolucionário e adureceu rapidamente as condições para as medidas de fundo que se impunham.

A institucionalização do MFA, com a criação do Conselho da Revolução, confirmou a solidez das tendências revolucionárias nas Forças Armadas, desfez as esperanças daqueles que hoje dão vivas ao MFA e à sua institucionalização, mas que durante meses e meses tentaram dividir e levar à dissolução o MFA, puseram em causa os seus organismos e os seus dirigentes e procuraram fazer crer que o MFA teria, no fim de contas, como mais fina gema precisamente conspiradores do 11 de Março, aqueles que agora se encontram presos em Portugal ou refugiados no Brasil.

A recomposição do Governo Provisório, apesar de não ser plenamente satisfatória, pôs termo a uma situação em que as medidas progressistas eram com frequência bloqueadas por um excessivo peso de tendências conservadoras e de métodos burocráticos.

Finalmente, a nacionalização da banca e dos seguros, decidida pelo Conselho da Revolução logo após o 11 de Março, inaugurou uma nova fase da revolução portuguesa, a fase das transformações económicas e sociais de carácter democrático.

As novas nacionalizações logo a seguir realizadas e as medidas de reforma agrária decretadas confirmam a grande opção, a grande directriz, a linha de rumo da revolução democrática portuguesa – a construção de um regime democrático a caminho do socialismo.

A liquidação do poder dos monopólios e dos latifundiários e a transformação radical da economia portuguesa não são um objectivo longínquo, não são um sonho. Dizer que estão ao nosso alcance é pouco. A verdade é que começam já a ser alcançadas.

As primeiras grandes medidas da reforma agrária, fixando as explorações agrícolas no máximo de 500 ha de sequeiro e de 50 ha de regadio, constituem medidas históricas, que porão definitivamente fim aos latifúndios e permitirão que, dentro de um curto prazo, a terra seja entregue a quem a trabalha.

Hoje mesmo chegam notícias de que os agrários estão a despedir em massa trabalhadores colheitas. A ameaça de destruição das grandes herdades, e ameaça de destruição das primeiras medidas da Reforma Agrária, chegam também notícias acerca de novas manobras e conspirações dos grandes proprietários alentejanos, e não só. É necessário dar-lhes pronta resposta.

As nacionalizações alargam o sector estatal da economia e dão a possibilidade de garantir a estabilidade económica e uma nova dinâmica de desenvolvimento baseada na defesa dos interesses do povo português e da independência nacional.

A resistência do grande capital, dos grandes agrários, de todas as forças reacçãoárias e conservadoras, será ainda grande, possivelmente desesperada. É necessário que os trabalhadores exerçam eficaz vigilância em todas as empresas nacionalizadas, a fim de evitar actos de sabotagem e destruição. A batalha económica não será mais fácil do que a batalha política. As dificuldades são porém bem mais fáceis de defrontar, quando nos anima, não apenas uma esperança, mas uma confiança que quase se pode chamar certeza.

Existe a possibilidade real da transformação não apenas política, mas da transformação económica e social. Existe a possibilidade real de construir um Portugal democrático, a caminho do socialismo.

5 – As forças da Revolução

O processo revolucionário desde o 25 de Abril tem sido acidentado, perigoso e irregular. Mas o sentido geral da evolução política tem sido o do enfraquecimento sucessivo das forças reacçãoárias e conservadoras e o fortalecimento progressivo das forças revolucionárias, das forças da democracia, da paz e do progresso social.

A reacção tem oferecido uma resistência constante e tenaz ao processo revolucionário. Por diversas vezes tentou a ofensiva para liquidar as liberdades. Mas cada ofensiva saiu-se por uma derrota para a reacção e pelo reforço da aliança do Povo com o MFA.

A aliança Povo-MFA confirmou-se a força motora do processo revolucionário, a única garantia real de defesa da liberdade.

O reforço do movimento popular e democrático, o reforço do MFA e o reforço da aliança entre o movimento popular e o MFA são condições para tornar irreversível o processo revolucionário, para assegurar definitivamente a construção do novo Portugal democrático a caminho do socialismo.

Lutamos e lutaremos contra todas as tentativas, venham da direita reacçãoária, venham de aventureiros esquerdistas, de levar às Forças Armadas factores de desentendimento e de divisão. A unidade do MFA, a unidade das Forças Armadas, é tão necessária ao processo revolucionário como a unidade do movimento popular.

O MFA confia no povo português, e por isso também o povo português confia no MFA.

O acordo assinado recentemente pelo MFA com partidos políticos é um factor de estabilidade política, uma afirmação da continuidade do processo de democratização e uma garantia contra divisionismos e jogos eleitoralistas.

Podem talvez alguns acalentar o projecto de vir a contestar o Acordo assinado, invocando arranjos maioritários na Assembleia Constituinte. Deve prevenir-se que tais habilidades, opondo os eventuais autores ao processo revolucionário, não serão certamente em sua vantagem.

O PCP assinou o Acordo e cumpri-lo-á fielmente. Por isso tem o direito de exigir que o cumpram também todos aqueles que o assinaram. E tem o direito de desmascarar com perjúrios e exigir que sejam chamados à responsabilidade aqueles que, tendo assinado, não respeitem a sua assinatura.

Na transformação da sociedade portuguesa, na construção do novo Portugal democrático, estão interessadas todas as classes e camadas antimonopolistas: a classe operária, o camponês, os quadros técnicos, os intelectuais, os pequenos e médios agricultores, industriais e comerciantes. Está interessada a juventude, «chama ardente da revolução». Estão interessadas as mulheres desde sempre condenadas a uma condição inferior e para as quais finalmente se abre um futuro de igualdade social.

A componente popular da revolução portuguesa, para desempenhar o seu papel, terá de unir numa larga frente de luta as mais amplas massas populares.

O PCP fará tudo quanto estiver ao seu alcance na defesa da unidade da classe operária, seja nas empresas, seja nos sindicatos, na defesa da unidade das massas camponesas organizadas nas suas ligas e cooperativas, nas defesas da unidade dos trabalhadores manuais e intelectuais, na defesa da unidade de todas as camadas laboriosas do nosso país.

No plano político, hoje como sempre, o PCP está pronto a unir as suas forças às de todos os portugueses e portuguesas quaisquer que sejam as suas opiniões políticas ou crenças religiosas, às de todos que estejam por sua parte dispostos a unir-se aos comunistas nesta grandiosa tarefa.

Não fazemos nem faremos quaisquer excepções, nem na direita nem na esquerda, desde que se revele sinceridade nos objectivos e lealdade na cooperação.

A unidade e as alianças não podem, porém, ser apenas as palavras. Tem de ser em actos.

Continuamos fazendo fortes reservas à participação do PPD em órgãos do poder dado que, esta campanha eleitoral comprovou que o PPD actua em toda a parte, não como um partido do Governo, mas como um partido de oposição, não como um partido da democracia e do socialismo, mas como um partido de forças reacçãoárias e conservadoras: Reveja o PPD a sua posição, que nós reveremos a nossa em relação a ele.

Quanto ao Partido Socialista, gostaríamos que fizesse uma revisão séria à sua orientação e que em vez de fazer coro com a reacção na campanha anticomunista, em vez de se aliar a inimigos declarados do processo democrático, em vez de aceitar jubilosamente os votos que lhe são oferecidos por elementos pseudo-revolucionários, em vez de continuar uma política de alianças que pode causar, é certo, dificuldades ao processo democrático, mas que pode conduzir também a novos desaires do próprio Partido Socialista – se unisse ao PCP e a outras forças progressistas na construção do novo Portugal democrático.

Esta nossa vontade de unidade não deve porém conduzir a ilusões. A unidade não pode ser compreendida como uma manobra, segundo a qual se faz campanha contra os comunistas para ganhar votos à direita e se fala a favor da unidade com os comunistas para ganhar votos à esquerda.

A unidade e a cooperação têm de significar acordo quanto a objectivos, a tarefas e à acção.

A par do MFA, a classe operária e as massas populares têm representado um papel determinante no processo revolucionário.

Com a liquidação do poder dos monopólios e latifundiários, com o avanço do processo revolucionário, com a criação de um grande sector estatal da indústria, dos transportes e do comércio, com a Reforma Agrária, com a reforma cultural que se impõe a breve prazo, cada dia será mais decisiva a intervenção combativa, confiante, organizada e criadora dos trabalhadores e das massas populares na construção do novo Portugal democrático, a caminho do socialismo.

Temos confiança em que estas eleições confirmarão, com uma grande votação no PCP, a esperança



O comício de encerramento da campanha eleitoral do PCP realizado no Estádio 1.º de Maio, em Lisboa, foi uma grandiosa manifestação, em que mais de 200 000 portugueses manifestaram o seu apoio militante ao Partido vanguarda da classe operária

